



MUNICÍPIO DE LAGOA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 06/2022-----

-----2ª Sessão Ordinária de 2022-----

-----13 de abril de 2022-----

----- Ao décimo terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por **Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes**, respetivamente 1ª Secretária e **Sónia Cristina Afonso Silva** como 2ª Secretária. -----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
João Patrício Amaro Rocha	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa

4r



	e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 13 de abril de 2022, desejando boa noite e dando as boas-vindas ao público presente. Apresentou as suas saudações ao Presidente da Câmara, à senhora Vice-Presidente da Câmara, às senhoras e senhores Vereadores, às senhoras e senhores Deputados Municipais, às senhoras e senhores jornalistas, aos cidadãos presentes na sessão e aos que assistiam à transmissão da sessão através do YouTube do Município de Lagoa bem como da página oficial do município no Facebook. Por fim, uma saudação e um agradecimento especial aos técnicos e demais colaboradores do município, bem como ao João Matos, da Lagoa TV, que os assistiam naquela sessão e asseguravam a sua transmissão em direto. Informou ainda que a partir daquela data, as sessões da Assembleia Municipal passariam a ser transmitidas em direto, regularmente, numa primeira fase, através das plataformas digitais e, numa segunda fase, que se pretende para breve, através da televisão, num canal da Lagoa TV, sendo uma forma de permitir a todos os cidadãos lagoenses, que estejam impossibilitados de assistir presencialmente às sessões, por razões de saúde ou por razões profissionais encontrem-se ausentes do concelho, em qualquer parte do país ou no estrangeiro, possam assistir à transmissão das sessões em direto e, inclusivamente, nelas participar, colocando questões por escrito, que aí serão respondidas. Ou seja, através destas tecnologias de informação e comunicação procuram chegar a todos os cidadãos do concelho, estejam onde estiverem, por forma a que possam participar ativamente na vida pública e na democracia local, exercendo o direito/dever de participação cidadã na vida da comunidade lagoense. Fizeram-se as advertências gerais, como habitualmente, recomendando-se que se desligassem os telemóveis ou colocá-lo em modo silêncio por forma



a não interferirem no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão nas plataformas digitais. A sessão seria também gravada em suporte vídeo e áudio, e a gravação publicada no site da Assembleia Municipal e no YouTube do Município. Informou-se que não é permitido o registo de som ou imagem exceto para os órgãos de Comunicação Social, que era obrigatório o uso de máscara, uma vez que foi prorrogado o período de alerta e as regras mantêm-se, sendo que os microfones não deveriam passar de mão em mão sem previamente serem higienizados após cada utilização, pelos assistentes de sala.-----

Comunicou que o Primeiro Secretário da Mesa, o Deputado Municipal Pedro Lobato, por razões de doença súbita, tinha acabado de informar que não poderia estar presente nesta sessão da Assembleia, pelo que convidou para 2.ª Secretária da Mesa a Deputada Municipal Sónia Silva, passando a 2.ª Secretária da Mesa, a Deputada Municipal Fátima Lopes, a 1.ª Secretária. -----

Constituída, assim, a Mesa da Assembleia Municipal e feitas as advertências atrás referidas, declarou aberta a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 13 de abril de 2022. -----

I – Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o Período de Intervenção dos Cidadãos e informou haver três cidadãos inscritos para o uso da palavra: Sara Vila, Jorge Tito e Bruno Silva, sendo que o cidadão Jorge Tito, por estar ausente no estrangeiro, enviou as suas questões por escrito, cuja leitura, oportunamente, iria realizar. Iria conceder o uso da palavra aos cidadãos, por ordem da entrada dos seus pedidos de inscrição nos serviços da Assembleia. Assim, foi concedido o uso da palavra à cidadã Sara Vila.-----

-----A cidadã **Sara Vila** tomou a palavra proferindo a seguinte intervenção: «Olá, boa noite. Eu sou a Sara Vila e desde já boa noite a toda a gente que está aqui presente, à Mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara e a todos os Deputados Municipais de todos os grupos partidários. Eu sou a coordenadora da concelhia de Lagoa do Partido Chega mas venho...»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu a cidadã para informar que tinha cinco minutos para a sua intervenção e, que, os cidadãos participantes na Sessão deveriam, no início da sua alocução, autorizar a AML a gravar a sua intervenção, em suporte áudio e vídeo, bem como a utilizar os respetivos registos de som e/ou imagem para efeitos de transmissão em *streaming* e ulterior divulgação em plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação .-----

-----A cidadã **Sara Vila** retomou a palavra e confirmou autorizar a «transmissão da minha intervenção. Tal como eu estava a dizer que sou a coordenadora da concelhia Lagoa do Partido Chega, no entanto, a minha intervenção hoje é como cidadã, nomeadamente da Mexilhoeira da Carregação, deste concelho. Sou mãe e quando vou buscar a minha filha à escola, já verifiquei que por incúria ou desleixo alguns condutores circulam acima das velocidades normais e eu tomei a liberdade de passar junto às escolas mais próximas da residência,



nomeadamente a escola da Mexilhoeira da Carregação, também a escola do Parchal e pude constatar que nestas escolas não existe um sistema de acalmia de tráfego, o que existe não é eficiente, perto da escola EB2/3 do Parchal. O facto de não existir um método eficaz de prevenção rodoviária junto às escolas é uma atitude bastante perigosa, que propicia um risco elevado de ocorrência de acidentes ou incidentes. Quero acreditar que nas questões de segurança rodoviária, entre outras, devemos apostar sempre numa política de prevenção em vez de reação. Colocar apenas uma sinalização de limitação de velocidade não é suficiente. Nesse sentido, eu gostaria de propor se existia a possibilidade de colocação de um sistema de acalmia de tráfego como, por exemplo, umas lombas ou almofadas perto das escolas todas, de todo o concelho e, já agora, antes de terminar os meus cinco minutos, acho que ainda não passaram, também era interessante colocar aqueles, não são estátuas, não são separadores, nós temos aqui junto à escola de Estômbar, por exemplo não são estátuas, são pilares que têm uns meninos em contorno e seria também interessante para que os automobilistas reduzissem a velocidade e terminei. Muito obrigada pela vossa atenção.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, em seguida, concedeu a palavra ao cidadão Bruno Silva, solicitando que concedesse a sua autorização expressa para a gravação da sua intervenção.-----

-----O cidadão Bruno Silva deu autorização para a gravação da sua intervenção que de seguida se transcreve: «Muito boa noite. Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhores Deputados Municipais, senhores Vereadores. Na última Assembleia Municipal fiquei a perceber o motivo da pouca afluência ou pouca participação por parte dos cidadãos de Lagoa nas Assembleias Municipais. Não nos podemos esquecer que este sítio, a Assembleia Municipal, é para tratar dos problemas do município e não para tratar do problema dos partidos. Perdeu-se mais de 30 minutos na última Assembleia a tratar de queixinhas do Partido A para o Partido B e do Partido B para o Partido A. Meus senhores, vocês são a solução para o problema, não são um problema para o problema e fica aqui só uma advertência. Eu, como cidadão, se viesse para aqui a primeira vez, já não vinha mais nenhuma, porque perder quase uma hora do tempo da Assembleia para estar a ouvir queixinhas, ficava em casa. Agora, falando aqui dos problemas do município e voltando a falar do Edital 81/ 21, saber qual é o desenvolvimento do problema, pois nestes últimos dois meses houve um agravamento do estado da habitação. Atualmente, já visitei novamente a casa, só se consegue arranjar de fora para dentro, e não como está. Está completamente degradada, com esta última chuvada e com a intempérie que fez nestes últimos dois meses, houve um agravamento de tal ordem que já chove dentro de casa e tudo. Voltando a falar também dos Centros de Saúde, como o senhor Presidente da Câmara disse, já passou para as competências da Câmara desde 1 de abril e saber e depois também qual é o desenvolvimento, a curto e médio prazo, pois que gostávamos de ver os nossos Centros de Saúde, pelo menos em bom estado e depois logo vinham os enfermeiros, os médicos e os auxiliares. Muito se tem falado ultimamente, nestes últimos dois meses, parece que o Pavilhão do Arade criou vida e depois vamos para as redes sociais e vamos falar em vandalismo. O vandalismo começou em 2014, não nos podemos esquecer que o vandalismo começou em 2014 porque toda a gente usou e abusou do Pavilhão do Arade, estou a falar de instituições, do município, não foi só este, também foram outros municípios, toda a gente usou o Pavilhão do Arade. Criaram aquelas dívidas todas, enormes,



que acho que foi de 7 milhões de passivo em 2014. Eu gostava de saber, senhor Presidente da Câmara, se é desta vez que vamos tratar do pavilhão do Arade como nós queremos, porque eu acredito que o Pavilhão do Arade seja o principal, a principal economia para a minha freguesia e para o concelho, porque a nível de sul do Tejo não acredito que haja nenhum espaço onde se possa acolher tanta gente e possa haver tantas atividades como naquele Pavilhão do Arade. Agora, não nos podemos esquecer que isto já começou em 2014, não começou agora, há dois meses atrás, parece que os partidos agora é que acordaram, mas não se esqueçam que vocês também foram culpados, que nada fizeram nestes últimos oito anos. Obrigado e boa noite.»---

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para responder às questões colocadas por estes cidadãos e, em seguida, colocaria as três questões colocadas pelo cidadão Jorge Tito.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou todos os presentes, assim como os que seguiam a sessão através do YouTube e do Facebook. Começou por responder às questões que foram colocadas pela Sara Vila agradecendo, em primeiro lugar, a intervenção da Sara, que apresentou algumas propostas muito interessantes que iriam, naturalmente, considerar já que o município se encontra a trabalhar para deixarem de colocar as lombas, pois são complicadas e são geradoras de uma série de problemas porque, de facto, têm essa particularidade de obrigar a reduzir a velocidade, pelo menos porque os condutores percebem que são incómodas, mas depois tem outros problemas, o barulho quando passam por ela e quando estão junto de zonas residenciais, os problemas que podem ou não causar aos veículos e, portanto, o município está a estudar a sua substituição progressiva pelas tais almofadas. Fizeram um teste na zona conhecida pela Ponte do Charuto, no Pateiro, que está a funcionar muito bem e já têm esse sistema e esse procedimento bastante avançado, pelo que aquilo que vão começar a colocar, em vez das lombas, as almofadas com os pilaretes porque senão acontece o tal slalom e que não isso o que se pretende, mas era uma excelente ideia. Relativamente aos bonecos que estão junto à escola EB 1 e de Estômbar, de facto, foi uma experiência que se fez e é da opinião que corre bem, mas houve também quem se queixasse que distraía, enganava os condutores e tinham que travar à pressa, mas iriam avaliar e agradeceu a intervenção da cidadã e, naturalmente, que os serviços respetivos iriam avaliar essas propostas. Relativamente à questão colocada pelo Bruno, a qual agradeceu também, disse que o Edital tinha ver com aquela casa que está situada na rua Magalhães Barros, na Mexilhoeira da Carregação. Esteve lá na semana anterior a ver as condições em que estava o interior da casa e não estava assim tão mal quanto isso, mas o ideal era que não tivesse qualquer tipo de problema. Voltou novamente a referir que foi feita uma vistoria por parte da Proteção Civil, acompanhada por técnicos da autarquia, pelo que não há risco, pelo menos a acreditar no relatório técnico que foi apresentado, nem para a via pública nem para a habitação. Como já referiu também na última Assembleia, sobre aquela matéria, o município está a fazer duas coisas em simultâneo, estão a tratar da posse administrativa e também do processo de expropriação. O objetivo é claro, já que terão que intervir naquela habitação depois do investimento que vão fazer e, tendo em conta que a grande dificuldade que têm é a de não ser possível identificar o proprietário, e aproveitou a oportunidade para que se alguém ali presente ou em casa soubesse exatamente quem era o proprietário do número 19 da rua



Júdice Magalhães Barros na Mexilhoeira da Carregação, que informasse o município porque já fizeram várias consultas, já consultaram as Finanças, a Conservatória e não conseguiram identificar o proprietário, sendo curioso que ninguém se apresente como proprietário daquele espaço, porque era importante para poderem notificá-lo finalmente presencialmente, porque têm que ir todos aqueles editais como diz a lei para poderem notificar porque a responsabilidade de fazer a intervenção é do proprietário da habitação contígua que está degradada. Se não for possível pois terão que, nos termos da lei, passar à expropriação e aguardar que um dia apareça quem reclame a casa. Relativamente aos Centros de Saúde, à data, o município de Lagoa tem as competências na área da saúde desde o dia 1 de abril, estando naquele dia a precisamente a 13 dias e a verdade é já tinham trabalho feito atrás, desde protocolos com a ARS que permitem iniciar os procedimentos com vista a melhorar as condições físicas das instalações, sobretudo aquelas que identificaram como aquelas que têm maiores problemas, nomeadamente e, à cabeça, está claramente a extensão de saúde do Parchal que, de facto, apresenta os maiores problemas. Estão também a trabalhar na ideia de deslocar uma outra extensão de saúde, que consideram não estar na melhor localização, mas o processo iria começar a partir daquele momento e irão seguramente trabalhar no sentido de melhorar as condições físicas, porque essa vai ser a responsabilidade do município, mas também e não se podiam demitir também da questão, embora não seja sua competência, de trabalhar junto do ACS Barlavento, da ARS Algarve e, se necessário, junto do Ministério da Saúde para que se resolva de uma vez aquilo que consideram inaceitável, tendo já dito publicamente e voltou a referir, que é o facto de não haver um médico de família, pelo menos para suprir as necessidades que existem na extensão de saúde de Ferragudo e na extensão de saúde do Parchal, que são aqueles que têm o maior problema relativamente aos profissionais de saúde. Aquando da criação da Unidade de Saúde Familiar de Lagoa ficou a promessa depois, a seguir, se criar a Unidade de Saúde Familiar de Estômbar, Parchal e Ferragudo e vão continuar empenhados em trabalhar nessa solução. Relativamente ao Pavilhão do Arade, disse que tinha que discordar do Bruno. Percebe o alcance da questão, mas se o alcance é esse de querer dizer que foi um investimento errado desde o princípio então não tem que ir 2014, mas sim 2005, na altura em que o mesmo foi edificado, e a verdade é que não foi a gestão do Pavilhão do Arade, ao longo dos anos, que criou o passivo dos 7 milhões e meio de euros, não foi a gestão mas sim a decisão da sua construção naqueles moldes. Já teve oportunidade de dizer que 7,5 milhões de euros de empréstimo bancário para amortizar em 20 anos, e desafiou todos a fazerem as contas e a perceberem qual é que teria que ser o *cash flow* que a sociedade Pavilhão do Arade tinha que realizar para poder suprir o serviço da dívida, que era a amortização do capital, mais os juros. Era uma equação impossível e, portanto, a prova disso é que ao longo de todo o tempo em que a sociedade Pavilhão do Arade funcionou nunca amortizou um tostão de capital, porque quando chegou ao final, em 2020, aquando da declaração de insolvência, tinha exatamente o mesmo capital em dívida e tinha pago muito pouco de juros, pese embora tivesse sido negociado pela administração vários perdões de juros que foram aceites pela entidade credora. O Pavilhão do Arade, da forma como surgiu, no modelo de financiamento em que surgiu estava condenado ao fracasso. Teve a coragem de o dizer a quem tomou a decisão de fazer ou de autorizar o financiamento, pelo estava perfeitamente à vontade nessa matéria. Do ponto de vista da sua sustentabilidade, não tinha dúvidas e estava inteiramente de acordo com o Bruno, não tinha dúvidas nenhuma de que o Pavilhão do Arade tem todas as condições para poder ser uma sala de espetáculos muito



f

importante, no concelho de Lagoa, no Barlavento do Algarve e até do Algarve. Tem condições únicas e tiveram oportunidade desde 2014 até ao seu encerramento de provarem isso mesmo, de que tem condições de sustentabilidade, mas não é sustentável se tivesse que pagar um serviço da dívida na ordem dos 9 milhões, porque a juntar aos 7 milhões e meio ainda havia mais uma garantia bancária e outros financiamentos que totalizavam 9 milhões de euros de passivo e, portanto, essa foi a razão principal porque o Pavilhão do Arade não foi capaz de subsistir. Acreditam, na autarquia, que um outro modelo de gestão é viável, sendo uma matéria que irão discutir seguramente na próxima Assembleia Extraordinária do dia 19 de abril e que espera que corra bem. Sobre a questão do vandalismo, era inegável e nos últimos dois anos o Pavilhão foi alvo de diversos atos de vandalismo. Muito provavelmente, e era a sua opinião, mas quem lá for e os relatórios que têm apontam nesse sentido, muito provavelmente premeditados com o objetivo claro de prejudicar Lagoa e os lagoenses.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que passaria à leitura das questões colocadas pelo cidadão Jorge Tito dirigidas ao Presidente da Câmara. «Primeira, o Museu da Casa da Cidadania tinha data de inauguração para janeiro 2021. Isso não aconteceu. Quando será inaugurado o Museu Casa da Cidadania? Segunda, o Picadeiro tinha data prevista de inauguração para a Fatacil 2019. Tal não aconteceu. Quando será inaugurado o Picadeiro? Terceira, em 2018, o Executivo anunciou a aquisição de um terreno em Porches onde irão ser construídas habitações para arrendamento, afirmando nessa mesma data que estariam com inquilinos em 2021. Neste momento, estamos em 2022 e a obra nem sequer arrancou. Qual a nova data para ter inquilinos nas casas? Quarta, o senhor Presidente em 2019 disse que, pelo menos, um dos Silos de estacionamento de Carvoeiro ou Ferragudo estaria concluído no mandato passado. Já vimos que não foi concluído, quase nem começado. Quais as datas previstas para a inauguração dos Silos de Ferragudo e de Carvoeiro? Quinta questão, o projeto da escola da Mexilhoeira da Carregação foi apresentado, a primeira vez, em 2016 pelo seu autor Luís Veríssimo. Hoje, ainda não arrancou. Qual a data prevista para a inauguração da escola? Sexta, em março de 2021, o senhor Presidente anunciou a construção de quatro campos de *paddle* a inaugurar em junho de 2021. Neste momento, nem sequer a obra começou. Qual a nova data prevista para a inauguração dos campos de *paddle*?» Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** respondeu que algumas das perguntas já conhecia, porque já chegaram por outros meios à Câmara e que chegam com muita frequência. Ouvindo as perguntas ficou sem saber se são perguntas de um cidadão interessado e que reconhece a importância daquelas seis obras e, portanto, tem alguma ansiedade em saber quando as mesmas vão estar concluídas, ou se é alguém que acompanha com particular atenção aquilo que o Presidente diz, ou que dizem que o Presidente diz, ou que ficou escrito que o Presidente diz. Mas disse querer aproveitar a oportunidade para dizer aquilo que tem afirmado ali também na Assembleia noutras vezes e, quando fazem uma estimativa das obras, quando lançam os procedimentos, obviamente, têm uma perspetiva de quando é que as mesmas se iniciam e de quando é que as mesmas estão concluídas, em função daquilo que é o prazo das mesmas. Toda a gente sabe que é sportinguista, é um otimista e, habitualmente, tem uma perspetiva



4. otimista da realização das mesmas, mas as obras em Lagoa, em qualquer município vizinho, no Algarve, no país, não se realizam ou não se concluem no prazo previsto por variadíssimas razões. Nos últimos anos, foi agravado por outros fatores externos, exógenos como, por exemplo, a falta de mão-de-obra, a falta de matérias-primas, o aumento dos preços e a dificuldade que alguns empreiteiros têm em concorrer aos procedimentos que são lançados. E, portanto, alguns, muitos, vários, demasiados procedimentos que são lançados habitualmente ficam desertos, mas também aproveitou a oportunidade para dizer e também repetir aquilo que também já havia dito. Em 2020 caiu sobre o mundo uma pandemia, é um momento único que nenhum dos presentes, seguramente, ainda tinha vivenciado e talvez ninguém esperasse. Quando se pensava que ao fim de dois anos, finalmente, se libertariam do vírus maldito, embora ainda estejam todos ali com as máscaras e, naquele momento, à data, têm 385 lagoenses atualmente infetados com a Covid-19, levaram com uma guerra na Europa, com todas as consequências que são conhecidas. Ainda antes da guerra já havia alguns sinais preocupantes e, aliás, essa questão foi levantada naquela Assembleia como, por exemplo, por um senhor Deputado, com o aumento dos custos da energia a juntar aos combustíveis, as matérias-primas de uma forma generalizada e, sobretudo, uma enorme incógnita sobre aquilo que vai ser o futuro. E, portanto, sabia que há quem viva preocupado e obcecado com as obras que são desenvolvidas ou não, ou que são finalizadas ou não pelo Executivo mas também já teve oportunidade de dizer que a primeira prioridade daquele Executivo é cuidar dos lagoenses, com o compromisso de não deixar nenhum lagoense para trás e, assim, naqueles últimos dois anos e nos próximos, a preocupação será sempre cuidar dos lagoenses, garantir que todos têm direito àquilo que é o mais básico, aquilo que é essencial para uma vida digna. Depois vão continuar também apostados como segunda prioridade em cuidar do espaço público, em cuidar daquilo que são os serviços essenciais, de limpeza das ruas, recolha do lixo, o cuidar daquilo que é o espaço público municipal e continuar a apostar também naquilo que dá dignidade à vida enquanto comunidade e que em Lagoa fazem muito bem e, acrescentou, não fazem bem desde 2013, já fazem bem há muito tempo, e que é a aposta que é feita no desporto, na cultura, na educação e na ação social. Portanto, essas são as prioridades e depois, sim, as obras e, naquele momento, têm cerca de duas dezenas de obras que estão a decorrer e vão continuar a fazê-las sempre como sendo essa terceira e última prioridade. Relativamente à pergunta em concreto que é colocada pelo cidadão Jorge Tito, aproveitou para lhe mandar um abraço até ao outro lado do oceano, iriam responder às questões, formuladas por escrito, também por escrito como habitualmente fazem às várias missivas a que respondem. Disse ainda à Assembleia e a quem ouvia que todas estas obras que estão previstas no orçamento para 2022 estão no programa eleitoral que foi sufragado pelos lagoenses há cerca de seis meses e, portanto, serão seguramente, se nada de anormal acontecer, e em momentos de incógnita e de incerteza em que vivemos, não tem essa perspetiva de ser conhecedor e dono de adivinhar o futuro, mas se em condições normais e se nada de extraordinário acontecer aquelas obras que ali estão serão realidade seguramente, algumas no presente ano e as próximas no ano seguinte e, até ao final do mandato, com certeza serão todas concluídas.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos e disse que ficariam a aguardar que, efetivamente, as questões colocadas sejam respondidas por escrito e que, como habitualmente, depois serão enviadas para conhecimento dos senhores Deputados Municipais.-----



II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

• **Leitura do expediente.-----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu conta de que todos deveriam ter recebido nesse dia, por e-mail, a relação de todo o expediente que deu entrada e saída nos serviços da AML desde a realização da última sessão até à data desta sessão, presumindo assim que os Deputados Municipais, já na posse dessa documentação, prescindiriam da leitura do expediente. Na ausência de oposição ao proposto, considerou-se aprovado, por unanimidade, a dispensa da leitura do expediente.-----

• **Substituição de Deputados Municipais.-----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal um pedido de suspensão do mandato da senhora Deputada Carlota Dolores Cardoso Andrade, a Deputada eleita pela Coligação Democrática Unitária, CDU, que solicitou dispensa do mandato no prazo de 365 dias, sendo que essa suspensão tem efeito a partir do dia 26, portanto já produziu os seus efeitos, daí já terem o seu substituto e deve-se a motivos profissionais pelo facto de ir trabalhar para o Reino Unido. Não se tendo observado qualquer comentário ao pedido de suspensão da senhora Deputada Carlota Andrade, considerou-se justificado o motivo atendível sendo certo que, volvidos os 365 dias da suspensão, esgota esse prazo e considerar-se-á depois dessa data renúncia ao mandato se, porventura, não vier a assumi-lo nos termos do Regimento, como todos sabiam. Informou-se, seguidamente dos seguintes pedidos de substituição dos senhores Deputados Municipais e Vereadores: a senhora Deputada Municipal **Telma Isabel Alberto Viana** foi substituída pelo senhor Deputado Municipal **João Patrício Amaro Rocha**, a senhora Deputada Municipal **Carlota Dolores Cardoso Andrade** foi substituída pelo senhor Deputado Municipal **Nelson André Barroso Fernandes** que, por sua vez, pediu a substituição, sendo substituído pelo senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita**, a senhora Deputada Municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço** foi substituída pela Deputada Municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**, o senhor Vereador **Francisco José Malveiro Martins** também apresentou o seu pedido fundamentado de substituição, sendo substituído pelo senhor Vereador **Nuno Dinis da Encarnação Amorim** que, por sua vez, foi substituído pela senhora Vereadora **Rita Conceição Ruivinho**.-----

--- **Deputados Municipais que não estiveram presentes, mas apresentaram justificação: -----**

-- Telma Isabel Alberto Viana; Carlota Dolores Cardoso Andrade; Nelson André Barroso Fernandes; Maria Licínia Mendes Lourenço; Pedro Alexandre Triberes de Souza Lobato;. -----

-- **Deputados Municipais que não estiveram presentes e não apresentaram justificação: -----**

---Rute Alexandra Barroso Sobreira. -----



- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, iniciado o período de intervenção dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia, dentro do prazo legal e regimental, um voto de condenação pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa e um voto de saudação ao 25 de abril, ambos apresentado pelo Bloco de Esquerda; uma moção intitulada “Pelo Hospital Central do Algarve”, dois votos de louvor, um à Câmara Municipal de Lagoa e outro coletivo ao Agrupamento de Escolas Espamol, à Associação Recreativa ADR e à Colmeia e uma moção Apoio ao Povo da Ucrânia, todos apresentados pelo Chega. Também deu entrada na Mesa da Assembleia um voto de pesar pelas Vítimas da Guerra na Ucrânia, apresentado pela CDU. Aquela foi a ordem pela qual os documentos deram entrada nos serviços da Assembleia e, naturalmente, seria essa ordem que a Mesa seguiria para apresentação, discussão e votação daqueles instrumentos. Da leitura do voto de condenação, apresentado pelo Bloco de Esquerda, do voto de pesar pelas vítimas da guerra na Ucrânia, apresentado pela CDU, e também da moção do Chega, de Apoio ao Povo Ucrânia, pareceu-lhe que todos eles tinham idêntico objetivo: a condenação da guerra da Ucrânia, o apoio e a solidariedade com o povo ucraniano. Assim, a Mesa propôs que aqueles documentos fossem fundidos, dando lugar a um único documento, ou seja, uma moção conjunta, convidando os Grupos Municipais, incluindo os não proponentes, que certamente partilhariam dos mesmos objetivos, a apresentar um texto comum, que poderia ser aprovado por unanimidade, conferindo assim um maior impacto, uma maior força à causa da Ucrânia. Deixou à consideração dos senhores Deputados Municipais e, conseqüentemente, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal **Luís Alberto**, que a solicitou.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Alberto**, declarou que, em nome do Partido Socialista, passaria a ler a posição do seu partido: «Estamos a viver tempos conturbados e sobretudo a “sofrer” pelas vítimas da guerra, que diariamente nos absorvem o espaço televisivo e das redes sociais. Todos nós gostaríamos de dar o nosso melhor contributo para a resolução do conflito e contrariedades das suas vítimas, pelo que não é tempo de protagonismos individuais ou partidários, mas sim de transmitir uma mensagem de unanimidade de vontade, em prol de um povo e do fim de uma guerra. Os grupos de cidadãos e as associações locais, bem como as freguesias e a câmara municipal de Lagoa, souberam desde início e em tempo útil, criar uma rede de apoios aos mais diversos níveis, visando sobretudo ajudar e colmatar carências dos afetados, quer no território da Ucrânia, quer nos países limítrofes e sobretudo no nosso concelho, que não é demais distinguir. É a esta onda de solidariedade, de bem querer e de unanimismo pela necessidade de ajuda e apoio urgente, que nos devemos juntar, pelo que apelo a que nos unamos em prol de uma única moção, a moção da Assembleia Municipal de Lagoa, pois unidos seremos mais fortes. Estamos no mês de abril, um mês em que celebramos a democracia e os seus direitos, a humanidade e as suas valências, a solidariedade entre povos, a autodeterminação e sobretudo a Paz. Paz essa, que é uma prerrogativa de todas os partidos, coligações e movimentos democráticos que Abril soube defender, pelo que nesse espírito democrático e unanime de Abril, proponho a moção



seguinte, consubstanciada nas moções apresentadas em discussão, introduzindo um novo elemento, o trabalho merecedor dos autarcas ucranianos o que importa ressaltar.» Assim, a moção que gostariam que saísse daquela Assembleia, intitulada moção de Apoio ao Povo da Ucrânia ou outra, teria de início muito bem efetuada a exposição do Bloco de Esquerda e depois com mais alguns considerandos que leriam em seguida.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, solicitou que o senhor deputado municipal suspendesse a sua intervenção, por forma a auscultar-se, primeiro, a disponibilidade dos grupos municipais para aceder ou não ao convite formulado pela Mesa. Entretanto, concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, cumprimentando os presentes e afirmando que o PSD se revê numa posição unânime e numa posição que marque o apoio do município e dos lagoenses ao povo da Ucrânia e ao que tem sofrido. Não era do seu entender que as três moções apresentadas tivessem as três esse tom porque, se era verdade que a do Chega e a do Bloco de Esquerda, facilmente, seriam casáveis na defesa num voto de apoio e na condenação da guerra e da invasão, pois teria que se chamar as coisas como elas são, daquilo que a Rússia fez ao Estado soberano que é a Ucrânia, ao passo que a moção apresentada pela CDU era apenas um voto de pesar pelos mortos na guerra e, era evidente, que todos os mortos são de lamentar, mas uma coisa eram os mortos que decidiram invadir um país, outra coisa eram as pessoas que estavam na vida delas, na terra deles, na casa delas e foram invadidas, foram mortas e foram espoliados daquilo que era um dia comum. Portanto, se o objetivo de todas as forças ali presentes for o de condenar a invasão da Ucrânia e a defesa do povo ucraniano e a defesa que o povo ucraniano está a fazer dos valores da liberdade, que são os valores que prezam, apoiavam e subscrevem também a menção expressa ao papel louvável que os autarcas, ou os políticos locais na Ucrânia, têm desenvolvido em defesa das suas populações e na resistência. Assim, se for essa a nota e com essa nota, a essa adeririam e também gostavam que houvesse adesão, pois pensava que quer a moção do Bloco de Esquerda, quer a moção do Chega estavam destituídas de juízos de valor pré-determinados e, assim, seriam facilmente conciliáveis. Se a CDU desse esse passo e se juntasse também, naturalmente, que pensam que seria louvável, julgam ser isso que tem sentido, porque juntos são, de facto, mais fortes e, portanto, da parte do PSD havia toda essa disponibilidade e até o incentivo a que os três partidos sejam capazes de consertar um texto ao qual as outras forças também possam aderir, como texto único.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** dizendo que aquilo que iria dizer basicamente estava resumido naquilo que o senhor Deputado Joaquim Cabrita disse, mas a sua intervenção tinha uma segunda parte, pois tinham um voto de solidariedade para apresentar que não tem nada que ver com aquela matéria, mas sim com aquilo que a Câmara e a Assembleia devem fazer e pediu autorização para ler o mesmo.-----

4



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que o documento não podia ser objeto de apreciação, uma vez que não deu entrada nem na Mesa nem nos serviços da Assembleia, qualquer Moção ou Recomendação do Movimento Lagoa Primeiro.-----

-----Retomou o uso da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** para esclarecer que não era uma moção e que, nos termos do regimento, estava escrito que o poderia apresentar.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou que quaisquer documentos, para serem apreciados na Sessão, têm de dar entrada na Mesa ou nos serviços da Assembleia, o que não foi o caso, sendo que assim a Mesa nem sabe de que documento se trata nem o pode qualificar, como é seu dever.-----

-----Retomou o uso da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** dizendo lamentar, pois teriam leituras completamente diferentes daquilo que estava escrito e pediu permissão para enunciar o que estava escrito e, em seguida, que o corrigisse, se fosse esse o caso.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, insistiu que não sabia se era um voto, se era uma moção, ou se era uma recomendação, pois questionou e não foi esclarecido.-----

-----O senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** respondeu tratar-se de um voto de solidariedade.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que o senhor Deputado Municipal não havia esclarecido que tipo de instrumento regimental pretendia apresentar. Assim, e atendendo que se tratava de um voto de solidariedade, permitiu que o senhor Deputado Municipal procedesse à sua leitura e posterior entrega na Mesa.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** leu o seguinte voto de solidariedade: «Estamos convictos que não haverá qualquer dúvida quanto ao carácter e personalidade dos dirigentes da Federação Russa e em particular do seu dirigente máximo. Ninguém pode ignorar o que se passa na Ucrânia e por isso o Movimento Lagoa Primeiro quer afirmar a sua concordância e apoiar a decisão do Executivo municipal em apoio dos refugiados ucranianos em Lagoa. Queremos também afirmar a nossa disponibilidade para aprovar as alterações necessárias aos regulamentos municipais existentes de modo a garantir o apoio a essas famílias e permitir-lhes a fixação no concelho, porque os nossos regulamentos preveem, em todos os casos de apoio, a permanência durante um, dois ou três anos, de residência no concelho e não é o caso se aparecerem refugiados. E, portanto, para lhes permitir, nós estamos disponíveis para essa alteração. E permitimo-nos ainda sugerir o contacto com o senhor Olesya Ihnat, responsável pela Associação dos Ucranianos na região do Algarve, de modo a que a ajuda a prestar seja aquela que eles necessitam e não aquela que nós julgamos ser necessária.-----



[Handwritten signature]

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Deputado Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.---

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos começando por cumprimentar todos os presentes e também todas as pessoas que estão a acompanhar pelo Facebook e pelo YouTube. Sobre o voto de condenação apresentado pelo Bloco de Esquerda, e como o senhor Presidente da Mesa referiu, era referente à invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Portanto, fizeram aquela apresentação, ao fim e ao cabo era o Bloco que apresenta, o Chega também tem, a CDU também tem o outro documento, mas não se opunha a que se fizesse um outro texto ou acrescentar outras linhas conforme o Deputado Luís referiu. O objetivo da moção era o de condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia, e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus atores. Era esse o objetivo da moção e também o de passar essa informação, caso seja aprovada, à Embaixada da Ucrânia, ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro e grupos parlamentares existentes na Assembleia da República, assim como à Comunicação Social. Assim, não se opunha a que houvesse uma convergência.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a disponibilidade para convergir num texto único e disse que também gostaria de ouvir a posição da senhora Deputada Maria de Lurdes Rego Alemão do Chega.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão que cumprimentou os presentes e afirmou que o seu partido não se opõe e que comunga da mesma opinião que o Deputado Joaquim Cabrita, ou seja, desde que a CDU partilhe do mesmo ponto de vista, não se opunham a que fosse uma moção convergente.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a disponibilidade e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita para indicar a disponibilidade que a CDU teria ou não para integrar um grupo para a redação de uma moção conjunta de fusão do voto de pesar, do voto de louvor e também da moção do Chega.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita cumprimentando os presentes, declarou que haveria essa possibilidade se fossem ao encontro também dos pontos de vista que a CDU apresentasse durante a moção que vai ser apresentada logo a seguir. Caso contrário, a moção da CDU seria de forma autónoma, mas seria um ponto a considerar.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou assim que aquele Deputado excluía a possibilidade do texto conjunto. Não seria obrigatório que a CDU se associasse à iniciativa e clarificou que a natureza do texto da CDU não era propriamente a mesma. A sua tentativa seria a de alargar a todos os Grupos Municipais a sua participação e contributo numa moção conjunta que valorizasse o papel da Assembleia, mas, de qualquer modo, a CDU teria toda a liberdade de tomar a posição que entendesse e de levar a votação o seu voto de pesar. Consequentemente, questionou se da parte dos outros Grupos Municipais haveria a possibilidade de apresentar uma proposta

q



conjunta, uma vez que manifestaram essa vontade. Em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Luís Filipe dos Santos Alberto para prosseguir a sua intervenção e, eventualmente, apresentar uma proposta de moção, com base na moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, com contributos do Chega.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** referindo que tinham um texto alinhavado, mas que o ideal seria reunir todas os grupos parlamentares para ultimarem esse texto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs a leitura da proposta e depois, em seguida, os grupos poderiam requerer a suspensão dos trabalhos, por dez minutos, no máximo, para elaborarem a Moção conjunta.----

-----Retomou o uso da palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto**, explicando que se basearam na introdução muito bem efetuada pelo Bloco de Esquerda e que tentaram sintetizar, de alguma forma, todas aquelas mensagens que procuravam transmitir. Ainda na apresentação e, seguindo aquilo que o Bloco de Esquerda dizia, o Bloco falava pela defesa da democracia, pelos princípios dos direitos humanos e pela paz, que é a parte final, sendo a luta pela paz, pelos direitos humanos e pela democracia apanágio de todos os Grupos Municipais, tanto mais todos os deputados eleitos defendem os valores e as liberdades de Abril, sem os quais não estariam ali, delibera a Assembleia Municipal de Lagoa: primeiro condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus atores, sendo *ipsis verbis* o que o Bloco de Esquerda indicava. Depois, endereçar uma mensagem de solidariedade ao povo ucraniano residente no concelho, reforçando o trabalho de solidariedade efetuado desde o início da contenda, pelo município de Lagoa, suas freguesias, associações e grupos de cidadãos, e esse era um acréscimo ao que o Chega referia. Também a nível de louvor, acrescentou que todos sabiam o trabalho extraordinário que uma pessoa tem efetuado no município e que foi um grupo de cidadãos liderado pela Maria João do SOS Oncológico, que foi a pessoa que tem estado por trás desse movimento e que importa ressaltar e deixar ali esse agradecimento da Assembleia Municipal. Terceiro, manifestar o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra da Ucrânia, prestando um minuto de silêncio, que estava consubstanciado nas indicações da CDU. Quarto, homenagear e realçar o trabalho dos governos locais e seus autarcas, não sabendo qual seria a designação mais correta que, mantendo-se no país e no terreno, desde logo souberam apoiar as suas populações e atenuar na medida do possível todas as atrocidades cometidas durante a guerra, com sacrifício pessoal e familiar, colocando suas vidas em risco, lutando pela sua pátria e pela autodeterminação do seu país. Quinto, apelar a que todas as Assembleias Municipais se unam naquela moção de apoio ao povo da Ucrânia e aos seus autarcas, com a unanimidade que uma moção naquele sentido acresce à esperança daquele povo martirizado pela história e, sobretudo, pelas ações dos homens. Sexto, informar a Embaixada da Ucrânia, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e a Comunicação Social da aprovação daquela moção. Ficavam, assim, sintetizadas todas as ideias dos Grupos Municipais.-----



J

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se os restantes Grupos Municipais concordavam com aquela proposta de texto conjunto e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** manifestou a concordância da sua bancada com o texto lido pelo senhor Deputado Municipal Luís Alberto que iria melhorar a decisão que aquela Assembleia tomaria.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a disponibilidade e deu a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** confirmando a concordância do Grupo Municipal do Chega.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado do Grupo Municipal do PSD, **Joaquim José Martins Cabrita**, declarando que, na sequência do que haviam dito, aquele texto reflete exatamente aquilo que são os valores que importa louvar, condenar e lamentar, pelo que pensava ser uma boa síntese e que, se conseguissem a unanimidade, seria excelente, pois quantos mais melhor, pelo que havia imediata anuência à ideia e ao texto da parte do seu Grupo Municipal.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado do Movimento Lagoa Primeiro que confirmou a sua concordância.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista cumprimentou os presentes e disse que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, como era óbvio, estava de acordo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu assim que, dada a concordância manifestada, iria ser apresentada uma moção, como moção conjunta dos Grupos Municipais do Bloco de Esquerda, Chega, PSD, MLP e PS, que seria discutida e votada, sendo de seguida apresentado, discutido e votado o voto de pesar da CDU. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita, que a solicitou.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** deu nota de que a CDU aprovava e revia-se na moção conjunta.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu à CDU a disponibilidade manifestada para subscrever a Moção conjunta bem como pelo carácter democrático da Assembleia, que foi capaz de unir-se em torno de uma questão fundamental, que era a solidariedade com o povo mártir da Ucrânia e o condenar a invasão bárbara da Federação Russa à Ucrânia. Em seguida, procedeu-se à votação da moção, um ato formal já que todos manifestaram o seu sentido de voto mas, de qualquer modo, as formalidades determinam que passassem à votação, tendo a moção sido aprovada por unanimidade e aclamação. Seguidamente, os Deputados Municipais foram convidados a fazer um minuto de silêncio, tal como prescrito na moção. Cumprido minuto de silêncio, avançou-se

4,



para o voto de saudação do 25 de Abril, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda e foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** leu o voto com a seguinte redação: «O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão. Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais. Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha. O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia, combater as desigualdades e a exclusão social e continuar a defender a Constituição da República. No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da "normalidade" pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todas e para todos. Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa reunida a 13 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei 1-A/2020, de 19 de Março, delibera: 1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de intervenções, informou que se iria passar à votação. Também seria votado o voto de solidariedade, apresentado pelo Movimento Lagoa Primeiro, que entretanto já tinha dado entrada na Mesa. Isto porque tratando-se de um voto de solidariedade, poderia ser apresentado no próprio ato da sessão. Contudo, respeitando-se a ordem de entrada na Mesa, seria o último a ser votado. Passou-se, assim, à votação do voto de saudação do 25 de Abril, apresentado pelo Bloco de Esquerda, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, quinze (15) do PS, dois (2) Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do BE, um (1) da CDU e uma (1) abstenção do Partido Chega.



Seguidamente, passou-se à moção pelo Hospital Central do Algarve, apresentada pelo Grupo Municipal do Chega e, para a sua apresentação, foi concedida a palavra à senhora Deputada Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** declarou que, sobre a moção relativa ao Hospital Central do Algarve, não se iria alongar muito sobre o texto já enviado à Mesa da Assembleia e que era do conhecimento dos Deputados que, certamente, tiveram ocasião de ler. Fundamentava-se, essencialmente, no facto de o Algarve precisar muito e há muito tempo de um hospital central, porque os dois que têm não servem, não conseguem substanciar todas as necessidades que o Algarve manifesta, nomeadamente se se falar a nível da época de verão e sendo o Algarve uma região turística precisa e necessita, urgentemente, de um hospital central. Até então aquela região foi esquecida pelo governo central e justificam, mais uma vez, ficam para trás no novo orçamento de Estado e assim aquela moção do Chega vinha exatamente fazer lembrar e fazer a mostrar de uma forma apartidária, já que serve a todos, os outros partidos políticos presentes na Assembleia ou a nível do país, pelo que pensava ser uma situação que abrange todos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vítor Manuel Grade Martins Sobral** dizendo que muita tinta tem corrido sobre aquele tema, na vontade inabalável de todos os algarvios em ver o compromisso concretizado e já assumido em programa do atual Governo. Na verdade, não podia ser de outra forma, há um trabalho já iniciado e que é necessário concluir, não só pela sua construção, mas também, sobretudo, ao nível de outras estruturas de proximidade, ditos Centros de Saúde e muito tem sido feito na sua reabilitação, em novos edifícios e reequipamento num valor que se estima de 39 000 000,00€ de investimento. Falou também de algo que foi pouco notado de que, realmente, na perspetiva de proximidade, no Barlavento, foi recentemente criado ou integrou a rede do Serviço Nacional de Saúde o Hospital Terras do Infante, que era antigamente o Hospital de São Gonçalo explorado pelo Grupo HPA. Nesse âmbito, uma outra preocupação tem sido, sem dúvida, o recrutamento de profissionais de saúde em todas as áreas e sobre isso bastaria ir às páginas da ARS Algarve ou do Centro Hospitalar Universitário e registar o número de concursos ativos em 2021 e 2022. No entanto, como se sabe e não sendo apenas um desígnio regional, muitas dessas vagas ficam por preencher, existindo por parte dos profissionais uma certa resistência em irem para o Algarve. Também muito se tem falado sobre as razões desse facto, mas os fatores são vários e prendem-se, quase sempre, por razões intrínsecas em relação com o projeto de formação profissional ou familiar, ou extrínsecos de carácter económico e social e, apesar do esforço das sucessivas administrações regionais de saúde e hospitalares de tudo fazerem para atraírem novos profissionais, nomeadamente médicos, para contrariar essas carências, não tem sido possível, nem têm tido competência legal para fazer melhor. A moção apresentada pelo Chega, aliás como as outras suas iniciativas que iriam chegar, não chegam para tapar os olhos ou para fazer acreditar como prova de vida que são um partido diferente quando ainda nada fizeram para começar a trabalhar em propostas concretas e estudadas sobre aquele assunto. Por isso, em coerência com o trabalho e por outro já iniciado e editado em outras assembleias



e nos sucessivos alertas sobre a matéria, não restará outro caminho de votar contra a moção. O Hospital Central do Algarve que, como já foi dito, está inscrito no programa de Governo que, naquele dia, estava a ser discutido. Desde há muito que identificaram a sua construção como uma resposta diferenciadora na prestação de cuidados de saúde a nível regional ou até mesmo nacional e, certamente, os recursos financeiros que estarão ao dispor da região, irão permitir isso mesmo e, certamente, não será com manifestações de rua ou de pesar que irão acelerar esse processo, mas sim pelo trabalho que todos os representantes da região na Assembleia da República têm feito e estão a fazer junto do Governo e cuja voz do Chega pelos seus representantes, bem podia se juntar numa só voz pela região do Algarve.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarando que o Grupo Municipal do PSD obviamente que se revê na luta pelo Hospital Central do Algarve e, inclusivamente, o partido a nível regional, tem assumido essa necessidade como um dos seus objetivos de concretização, tem pugnado para essa realização e talvez se o Hospital Central fosse uma realidade poderiam ter os médicos que não têm e a atratividade que não têm, nomeadamente se o hospital tiver uma dimensão universitária. Em todo o caso, não era isso que estava em causa e não se revia nas palavras de otimismo do senhor Deputado Vítor Sobral quanto ao trabalho já feito, porque o trabalho já feito foi só o lançamento da primeira pedra há muitos anos, mas também sabiam que estava no programa do Governo e esperam e fazem votos e ficariam muito felizes se isso se concretizasse. Mas uma coisa era a luta pelo Hospital Central e outra coisa era a proposta do Grupo Municipal do Chega, nomeadamente a de fazer uma vigília num dia que é um feriado religioso e até estranham essa distração do Chega, porque há que respeitar as pessoas, há que respeitar os lagoenses que têm nesse dia um dia especial e que todos sabiam o que significa e, portanto, ir fazer uma vigília na noite em que os cristãos assinalam a morte de Cristo não faz muito sentido e era, no mínimo, infeliz. Por isso, não porque não se revisse na necessidade e na luta pelo hospital, mas porque não se revia necessariamente nessa iniciativa proposta, teriam que votar contra, porque era isso que estava em causa, a proposta de fazer uma vigília na sexta-feira, dia 15.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** declarando, não pelas razões apresentadas pelo Grupo Municipal do PS, mas pelas mesmas razões que o PSD e mais uma, porque lhe parecia que a moção contempla uma oposição quase entre a construção do Hospital Central do Algarve e a construção de aeroportos, TGVs e autoestradas, e parecia-lhe despropositado, pelo que o texto não podia ser subscrito pelo seu Grupo. Não tem razão de ser, era uma intenção boa num texto mal redigido, com intenções duvidosas para aquilo que se pretende. Consequentemente, não podia ser subscrito.-----



J.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** dizendo que, uma vez que o título da moção é pelo Hospital Central do Algarve, acaba por ser aceitável e todos sabem que o sistema de saúde no Algarve é péssimo e se uma das razões para as pessoas irem ou não viver para lá é o facto de não existir e de não haver condições, deve-se fazer outro caminho de uma vez por todas para que, realmente, as pessoas tenham condições, que os médicos vão para o Algarve. O objetivo da moção era solicitar ao Executivo que, de uma forma oficial e em conjunto com as populações, se junte a uma vigília e também diz que a vigília será apartidária e mais oficial possível, querendo contar com o apoio institucional da Assembleia e do Executivo Municipal e com a presença do maior número de Deputados. Como também já havia sido dito, tratava-se de um dia religioso onde as famílias se juntam, pelo que para o Bloco de Esquerda acaba por ser inaceitável e lamenta.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** declarando que a CDU foi uma das primeiras forças políticas a defender a construção do hospital do Algarve. No entanto, não significa que apoie as ações partidárias com aquele tipo de palavras e com o dia em que supostamente será feita a vigília e, por isso, irão abster-se entendendo que o objetivo não passa por ali.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, na ausência de mais intervenções para a discussão da moção, informou que se iria colocar a moção pelo Hospital Central do Algarve, apresentado pelo Grupo Municipal do Chega à votação. A referida moção foi reprovada por maioria com vinte e um (21) votos contra, quinze (15) do PS, três (3) do PSD, dois (2) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Bloco de Esquerda e com duas (2) abstenções, uma (1) do Bloco de Esquerda e uma (1) da CDU e um (1) voto a favor do Chega. Foi, assim, rejeitada a proposta apresentada pelo Chega pelo Hospital Central do Algarve. Antes de passarem ao voto de solidariedade tinham dois votos de louvor apresentados pelo Chega para colocar à votação, em separado. O primeiro voto de louvor seria à Câmara Municipal de Lagoa pela expansão da rede de desfibriladores no concelho de Lagoa. Não havendo nada a acrescentar pela senhora Deputada Municipal Lurdes Alemão, foi concedido o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Carla Isabel de Jesus Serol.-----

-----No uso da palavra a senhora Deputada Municipal **Carla Isabel de Jesus Serol** leu a posição da bancada do Partido Socialista, que a seguir se transcreve:« A bancada do Partido Socialista congratula a Câmara Municipal de Lagoa pelo reforço da rede de desfibriladores no concelho de Lagoa, dado que reconhece a política social como a atuação das políticas públicas, que apresenta como objetivo promover e garantir o bem-estar aos cidadãos definindo-se como um meio político de auxiliar a população, diferenciando-se de outras áreas de atuação das políticas públicas, pelo facto de esta prosseguir a finalidade de garantia e promoção do bem-estar na sociedade. Esta importante iniciativa reflete o reconhecido trabalho desenvolvido na



4

área social, cujo envolve diversos projetos e programas de apoio no sentido de ver respondidas as necessidades fundamentais para o bem-estar social do concelho, só possível através da estreita parceria entre a Câmara Municipal de Lagoa e os demais parceiros sociais do concelho. Trabalho este que tem vindo a ser desenvolvido, nos últimos anos, de uma forma positiva e proativa no sentido de serem respondidas as necessidades fundamentais para o bem-estar social de todos os lagoenses, assim reconhece a bancada do Partido Socialista o excelente trabalho das instituições que colaboram com a Câmara Municipal de Lagoa em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade, pelo que congratula também as instituições reconhecidas pela Comissão Nacional de Proteção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, nomeadamente o Agrupamento de Escolas Espamol, a Associação Desportiva e Recreativa Centro Cultural e Social da Quinta de São Pedro e o Centro Popular de Lagoa no infantário a Colmeia, pois este reflete o trabalho desenvolvido por estas na nossa comunidade para todos e para todos que escolheram Lagoa para viver, trabalhar e estudar reconhecendo nestas elevado valor na rede organizacional do concelho Lagoa.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** referindo que, em relação àquele voto, o Grupo Municipal do PSD obviamente que se regozija e reconhece o trabalho da Câmara Municipal ao cumprir a missão quando adquire os desfibriladores, os coloca estrategicamente e dá formação aos funcionários para os saberem usar em situações em que isso seja necessário. Mas uma coisa era assinalar e dar boa nota de cumprir da missão, outra coisa é um voto expresso de louvor que, no entender da sua bancada, deve assinalar algo de especial ou extraordinário, que escapa ao normal cumprimento da missão de uma entidade e, portanto, ainda que felicitando a Câmara Municipal por aquela decisão, iriam abster-se naquele voto, por pensarem que não é um caso típico de voto de louvor, mas sim de um cumprimento e de uma ressalva ou chamada de atenção a algo que uma missão está a ser bem cumprida.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Carla Isabel de Jesus Serol.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **Carla Isabel de Jesus Serol** apenas para acrescentar que a posição da sua bancada era para as duas moções, uma vez que foram apresentadas em separado.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que os dois votos de louvor, apesar de apresentados pelo mesmo Grupo Municipal, seriam votadas em separado, atento o distinto objeto de cada um deles. Informou que se passaria à votação do voto de louvor à Câmara Municipal de Lagoa, pela expansão da rede de desfibriladores do concelho de Lagoa, tendo sido aprovado com dezassete (17) votos a favor, quinze (15) do PS, um (1) do Chega e um (1) do BE, seis (6) abstenções, duas (2) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD e uma (1) da CDU. Passou-se, em seguida, à proposta do voto de louvor, também apresentada pelo Chega, relativo ao Agrupamento de



Escolas Espamol, a Associação Recreativa e Desportiva da Quinta de São Pedro, ADR e Infantário Colmeia, do CPL, que foram distinguidos no dia 16 de março 2022, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens, com o célebre protetor prémio que destaca entidades com competências em matéria de Infância e Juventude pelos excelentes serviços prestados naquela área. Aberto o período de inscrições e na ausência das mesmas, procedeu-se à votação do voto de Louvor, que foi aprovado com vinte e dois (22) votos a favor, quinze (15) do PS, dois (2) do MLP, três (3) PSD, um (1) do CH, um (1) do BE e uma (1) abstenção da CDU. Seguidamente, informou que se iria proceder à votação do voto de solidariedade lido anteriormente pelo senhor Deputado Alves Pinto. Na sequência do pedido registado para uso da palavra, a mesma foi concedida ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Luís António Alves Encarnação.-----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, **Luís António Alves Encarnação** disse não querer interferir num assunto que era da Assembleia, mas sendo um assunto que também envolve a Câmara, com uma recomendação de que se devam relacionar com a associação de ucranianos, quis prestar um esclarecimento. Agradeceu a disponibilidade do Movimento Lagoa Primeiro para alterar os regulamentos se forem necessários. Com a entrada em vigor da Lei 24 b/2022, de 11 de março, vulgo porta de entrada é Lei e, portanto, não há necessidade do município alterar o apoio ao arrendamento. Dos 94 refugiados ucranianos que existem no concelho de Lagoa, referentes a 39 famílias que se encontram registados nos serviços, não têm registo de nenhuma cidadã que esteja grávida. Contudo, podia haver alguma necessidade no futuro de poderem alterar o regulamento da natalidade. De qualquer maneira ficava registado essa disponibilidade do Movimento Lagoa Primeiro que pensava ser extensível a toda a Assembleia. Relativamente à questão que foi suscitada da relação com a Associação de Ucranianos, esclareceu que já o fazem através da Associação SOS oncológico, e da Maria João, e a última iniciativa que tiveram foi o envio de uma viatura para Siret, com material cirúrgico e material médico, e também uma caixa específica para um doente oncológico, mais especificamente uma criança doente oncológica na Ucrânia e que foi precisamente, em articulação com o senhor Presidente da Associação de Ucranianos do Algarve.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e concedeu a palavra ao senhor deputado José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** esclareceu que a ideia não era tanto mandar coisas para a Ucrânia, mas mais no sentido dos que já lá estão, por exemplo, tentar arranjar e estava convicto de que seria fácil com professores da Espamol e das EB 2/3, arranjar cursos fora de horas para a aprendizagem do português, que lhes vão permitir uma assimilação e uma integração mais rápida. E, portanto, era mais nesse sentido do contacto com a associação do que outro para enviar para não sei onde.-----

-----Retomou o uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** esclarecendo que esse tipo de apoio também já estava a ser equacionado na Espamol e no Rio Arade.-----

A



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, uma vez que não leu previamente o texto, antes da sua leitura, informou ter dúvidas se o documento consubstanciaria uma recomendação ou um voto de solidariedade, pelo que a Mesa solicitou aos Grupos Municipais que fizessem chegar os documentos antecipadamente para avaliarem qual a natureza do documento, pois o tratamento de uma recomendação ou de uma moção tem um tratamento diferente de um voto de louvor, de pesar, ou de qualquer outro. Solicitou, pois, que em situações futuras, façam chegar o texto à Mesa para poder avaliar e ajustar qual era o tipo de instrumento que estão a votar. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Deputado Luís Pedro Vieira Ribeiro.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro dizendo que para o Grupo Municipal do PS suscitava algumas dificuldades, pois o senhor Presidente da Assembleia já ali tinha referido não haver um suporte escrito e ficava sem perceber qual era o texto e a orientação efetiva da moção que estava a ser apresentada pelo Movimento Lagoa Primeiro. Agradeceu, assim, se fosse possível clarificar.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu que não houvesse circulação na sala para entrega de documentos e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo disse que a primeira coisa que devia ser feita, e que o senhor Presidente da Assembleia, e bem, ia fazer, era a leitura do documento, uma vez que se passou à discussão, não percebendo por que razão a bancada A ou B faz uma discussão sem um documento, que é inadmissível face ao Regimento. Assim, primeiro lê-se e depois é que se conjectura.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, apesar de o voto já ter sido lido, seria importante que fosse novamente lido para todos perceberem o seu sentido. Assim, a Mesa leu o documento intitulado Voto de Solidariedade: «Estamos convictos que não haverá qualquer dúvida quanto ao carácter e personalidade dos dirigentes da Federação Russa e em particular do seu dirigente máximo. Ninguém pode ignorar o que se passa na Ucrânia e por isso o Movimento Lagoa Primeiro quer afirmar a sua concordância e apoiar a decisão do executivo municipal em apoio dos refugiados ucranianos em Lagoa. Queremos também afirmar a nossa disponibilidade para aprovar as alterações necessárias aos regulamentos municipais existentes de modo a garantir o apoio a essas famílias e permitir-lhes a fixação no concelho, como por exemplo o ensino da língua portuguesa que lhes permitirá uma mais rápida integração. E permitimo-nos ainda sugerir o contacto com Olesya Ihnat, responsável pela Associação dos Ucranianos na região do Algarve, de modo a que a ajuda a prestar fosse aquela que eles necessitam e não aquela que nós julgamos ser necessária.» Aquele era o texto do intitulado voto de solidariedade, que em bom rigor consubstanciava uma recomendação. No entanto, como a Mesa já o havia admitido como voto de solidariedade, antes da sua leitura, de acordo com a designação dada pelo proponente, pôs o documento à discussão e votação, dando em seguida a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim João Lopes Paulo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim João Lopes Paulo dizendo que daquele voto de solidariedade, tudo aquilo que é emanado nesse documento, do ponto de



vista da sua bancada, já a Câmara, o município e todas as entidades fazem esse tipo de trabalho e julgava ser extemporâneo estarem a reforçar outra vez mais outro voto. Se houve concordância com todos os partidos com uma moção única, não via necessidade daquele voto em discussão.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo observado mais intervenções, procedeu-se à votação do voto de solidariedade apresentado pelo Movimento Lagoa Primeiro, tendo sido aprovado por maioria, com seis (6) votos a favor, dois(2) do MLP, três (3) do PSD e um (1) do BE, dezassete (17) abstenções, quinze (15) do PS, uma (1) do Chega e uma (1) da CDU. Entrando na segunda parte do Período de Antes da Ordem do Dia, ou seja, as intervenções sobre os assuntos gerais de interesse do concelho, foi concedida a palavra à senhora Deputada Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** declarou que iria abordar temas já abordados numa anterior Assembleia, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara sobre os mesmos, mas dado que as situações permanecem, iria primar pela insistência, mesmo não sabendo se seria a forma mais correta. Um dos pontos prende-se com a parte do estacionamento na zona da praia da Marinha de Benagil, que o senhor Presidente fez questão de, na última Assembleia, dizer que a praia seria uma praia museu e não sabia se estava a fazer uma saída assim humorística, mas o facto era que o dito museu começou já a ter visitas e isso significa que a zona começa a ter caravanas, muitos carros estacionados por todo o lado possível e imaginável. O parque é mínimo, exíguo para o número de visitantes que têm porque a praia é bonita, está muito bonito sim senhor, mas o resto continua exatamente igual. Um outro ponto que ainda quis salientar, porque também o abordou, diz respeito à parte de coberturas das escolas primárias. Sabia que o senhor Presidente disse que era o seu ponto de vista e esclareceu que não era o seu ponto de vista, mas sim o ponto de vista de todos os que são parte da comunidade educativa das várias escolas básicas do 1.º Ciclo do município. Apresentou ainda uma outra questão, tendo anotado os sinais, deu umas voltas pelo concelho, faz questão de o ter bonito também para todos e para quem os visitam e o que lhe surgiu, nas várias saídas que fez, porque de vez em quando passa por várias zonas do concelho, e viu que na zona da estrada do Poço Santo, que é uma estrada que dá acesso à zona dos Alporchinhos e dos Porches, aquele ramal, a estrada não está demarcada. Numa Assembleia anterior também falou sobre o assunto e o senhor Presidente disse tratar-se de uma estrada que não era municipal e que não era para demarcar. Depois a estrada que também vai da Fatacil em direção à rotunda do José de Sousa e do Manuel Ferro, também não tem demarcação e, acresce que há um perigo iminente, principalmente à noite ao se tentar distinguir onde termina a faixa de rodagem, onde é que se pode ou não ultrapassar, onde é que se pode ou não fazer determinadas manobras, de acordo com código da estrada. Depois, assinalou ainda mais um pequeno senão sobre os sinais de trânsito, nomeadamente em Lagoa, junto ao cruzamento para a escola de Artes do Mestre Fernando Rodrigues há um conjunto de sinais que estão completamente deteriorados e quem conhece sabe para onde vai, mas quem chega olha para um conjunto de sinais que estão praticamente todos ilegíveis, porque por força do clima, do sol, da chuva, tudo isso eles vão ter erosão e é natural que assim aconteça, pelo que têm que ser substituídos para uma melhor visibilidade de todos os cidadãos ou quer daqueles que vão por via por veículos ou mesmo

Q



pedestre possam ver onde é que se devem dirigir. Salientou ainda que na rotunda de acesso à praia da Albandeira há sinais totalmente tapados por árvores e arbustos que crescem naturalmente, e ainda bem que assim era, mas tapam os sinais trânsito que estão lá para serem visíveis e indicarem direções.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** solicitou ao senhor Presidente da Assembleia que obrigasse, no âmbito das suas competências regimentais, que a Câmara Municipal de Lagoa cumprisse o disposto na alínea n) do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal pois, passados todos aqueles meses sobre as eleições autárquicas, ainda não receberam uma única ata da Câmara Municipal de Lagoa. Gostaria, igualmente, também no uso das suas competências regimentais, que diligenciasse para que fosse entregue o relatório que deve ser elaborado até ao final do mês de março e que está previsto no ponto 1 do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. Queria acreditar que, como representante da Assembleia Municipal, não deixaria de fazer cumprir com essas obrigações por parte da Câmara Municipal de Lagoa. Lembrou ainda o compromisso da Assembleia Municipal de dezembro em remeter a decisão do Tribunal de Contas, relativa à obra do Centro Escolar da Mexilhoeira e, passados aqueles meses, ainda não deu cumprimento a esse compromisso.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que, quanto ao acordo do Tribunal de Contas sobre o Centro Escolar da Mexilhoeira, foi enviado por e-mail três ou quatro dias antes.-----

-----Retomou a palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que, se assim foi, pedia desculpa, mas não o recebeu.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou ter sido enviado a todos os Deputados Municipais e procurou perceber se mais alguém não tinha recebido. Entretanto, após conferência com a funcionária, confirmou que a senhora Secretária, a Sónia, apesar de ter sido instruída verbalmente para proceder ao seu envio, não o fez por faltar o seu despacho formal do Presidente. Contudo, assegurou, que no dia seguinte estaria na caixa de correio de cada um dos membros da Assembleia, pedindo desculpa pelo incidente. Em seguida, concedeu-se o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** pedindo que o senhor Presidente da Assembleia esclarecesse uma questão já que o senhor Presidente da Câmara deu uma entrevista à comunicação social, na qual disse « temos tido vários contactos com a ARS em articulação com os Presidentes das Juntas de Freguesia» pelo que perguntou ao senhor Presidente da Assembleia se, de acordo com o decreto-lei n.º 23/2019, também diz para a Assembleia Municipal criar uma chamada Comissão de Saúde para conjugar as opiniões da Assembleia Municipal e fazer pressão sobre os órgãos necessários no sentido desse. Também havia a questão da Lei n.º 83, a Lei de Bases da Habitação e que



A

também aponta para a criação de uma Comissão Municipal de Habitação e nenhuma dessas foi pela Assembleia Municipal eleita, pois só foram escolhidos os elementos para a CASSA, a representação no ACEs. Aquelas comissões não foram criadas e questionou se tal se deveu a alguma razão especial.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, respondeu que a única razão foi o facto de não ter sido presente à Mesa da Assembleia qualquer proposta vinda da Câmara no sentido da constituição, porque era uma competência da Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a aprovação dessas comissões. De qualquer modo, avençou ter sido tomada a devida nota. Para esclarecimento das questões levantadas pela senhora Deputada Municipal do Chega, foi concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação esclarecendo que, quando disse que havia uma proposta para que a praia da Marinha fosse considerada praia museu, não estava a brincar nem eram palavras suas, mas sim de um responsável distrital da Agência Portuguesa do Ambiente. Seria, portanto, uma proposta séria e que terão que, obviamente, apreciar e tomar as posições que sejam necessárias relativamente a essa matéria, assim que percebam o que é uma praia museu em toda a sua plenitude. Disse ainda que a APA considera que o estacionamento da praia da Marinha não é exíguo, mas sim excessivo, pois para a APA nem sequer havia parque de estacionamento, porque não é uma zona para se visitar. Mas, obviamente, que o território é de Lagoa e que terão de, respeitando a lei e em articulação com as entidades que superintendem aquelas matérias, encontrar as melhores soluções para o território. Também disse na última Assembleia que é convicção do Executivo que o troço da costa do concelho de enorme beleza entre a praia de Albandeira e a praia de Vale de Centeanes, é uma zona de enorme sensibilidade, sendo necessário olhar para ela com essa sensibilidade e com a importância que merece. Porém, nessa matéria, o município de Lagoa, a Câmara ou a Assembleia ou a União de freguesias de Lagoa e Carvoeiro e também a freguesia de Porches, porque também toca um bocadinho naquela área, sozinhos não são capazes, ainda que em conjunto com as entidades, não têm o poder, não têm as competências para decidir o que é que se pode fazer naquela área e de que forma é que se pode obstar a todos os constrangimentos que a senhora Deputada enumerou e dos quais partilha inteiramente, porque acompanham essas matérias há bastante tempo e tem vindo a piorar fruto do sucesso, pois quanto maior é o sucesso, pior são os constrangimentos que têm e a fazer fé nas últimas publicações nas redes sociais, este Verão vai ser particularmente complicado, porque em todas as publicações, e são mais de quase duas dezenas que têm compiladas na Câmara, o município de Lagoa entre os locais mais bonitos a visitar no Algarve, entre as 10 praias mais bonitas, entre as 20 praias mais bonitas, entre os lugares que não pode perder, há sites para tudo, o município de Lagoa está sempre representado com a praia da Marinha, a praia de Albandeira, a praia de Vale de Centeanes, com a gruta de Benagil, a praia dos Caneiros e isso era bom porque têm muito orgulho nisso, mas tal situação leva muita gente e traz todos aqueles constrangimentos que conhecem. Estão empenhadíssimos em encontrar uma solução, junto com as entidades, que permita continuarem a viver daquilo que é a principal atividade, e que é o turismo, mas com a contenção necessária para que todas as partes possam ter uma experiência positiva e possam ganhar, os moradores da zona, quem os visita, e que levem uma



9

verdadeira experiência e os operadores turísticos também possam acrescentar valor à sua atividade, sendo a junção dessas três realidades que procuram na Câmara Municipal. Em relação às estradas e às vias, disse que o concelho é atravessado por uma estrada nacional 125, têm um bocadinho em que partilham da Via do Infante e depois todas as outras estradas são municipais e são tratadas como tal, pelo que a senhora Deputada teria interpretado mal as suas palavras, pois todas as estradas são municipais, aquelas que não são nem a Via do Infante, que tem uma entidade gestora, nem a 125 que também outra entidade gestora, todas as outras são da responsabilidade da Câmara. Pediu ainda à senhora Deputada que lhe fizesse chegar esse documento com o levantamento que fez para passarem aos serviços respetivos. O senhor Vereador não estava presente, porque também foi apanhado pelo bicho, mas assim que voltasse ao serviço lhe faria chegar toda essa informação e que permita, com a maior brevidade, intervir nessa área e que era naturalmente importante, pelo que agradeceu o seu contributo. Quanto ao senhor Deputado Diamantino Ruivinho, não colocou nenhuma questão à Câmara, mas referiu a questão das atas da Câmara Municipal pelo que explicou que, dentro do projeto de modernização administrativa e do processo de desmaterialização e poupança e papel zero, estão a colocar todas as atas da Câmara no site do município, mas não havia problema nenhum se for essa a decisão, poderão também enviar em versão papel para os senhores Deputados que assim o entenderem.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos e deu a palavra senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho, apelando ao espírito de síntese daquele.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referiu estar a pedir apenas o cumprimento de uma norma regimental, uma vez que as duas coisas que mencionou são normas regimentais e, portanto, enquanto estiver no Regimento tem que se cumprir. Não referiu que tinha de ser em papel, pois há muitos documentos que chegam por outras vias. Mas estando numa norma regimental, tem que dar cumprimento, porque até há pouco tempo ia consultar uma ata da Câmara do mandato atual e não conseguiu consultar uma única ata, o que considerava ser inconcebível.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** retomou a palavra assegurando que, no dia seguinte, iriam fazer chegar as atas ao senhor Deputado e todos aqueles que assim entendessem necessário.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a disponibilidade, apesar de todas as atas estarem no portal e, em seguida, concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** dizendo que, dado que o normativo existe e dado que existe a plataforma que os Grupos Municipais na Assembleia Municipal têm, podia ser encaminhado para deposição nos respetivos locais eletrónicos que cada Grupo tem e resolvia-se o problema.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, assinalou a boa-vontade da sugestão mas, de facto, o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho quer, enquanto o Regimento não for alterado, que fosse



F

observado esta norma do envio porque ela, efetivamente, consta do Regimento. Aquando da alteração do Regimento, naturalmente o processo será de outra maneira e será ajustado à nova realidade que não é o envio em suporte papel, com todos os custos que são inerentes a esse tipo de procedimento. Aliás, a digitalização dos serviços é inevitável e estão a trabalhar aceleradamente nessa digitalização e, portanto, era evidente que é público e todas as outras pessoas têm acesso quer às atas da Assembleia Municipal quer às atas da sessão de Câmara, tanto quanto soubesse.-----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** solicitou que, do Grupo do PSD, fosse depositado no local respetivo na plataforma onde se encontram todos os outros documentos, e que seria a forma mais rápida.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou ser uma sugestão que a Mesa iria, certamente, considerar embora se for exigência que seja papel, pois também servirão em papel.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que não fez nenhuma exigência em papel, pois até os documentos da Assembleia, e estavam lá os colaboradores do município, apenas pedia determinado tipo de documentos em papel, aqueles que são indispensáveis até pelo volume que constituem. Não era isso que estava em causa, mas sim cumprir uma norma e voltou a referir que até há bem pouco tempo, e no momento não posso afirmar se estavam publicadas ou não, quis consultar uma ata da Câmara e não tinha hipótese de consultar, porque não estava lá nada publicado e considerava isso inconcebível ao final daqueles meses todos, estarem numa situação daquelas.-----

III – Período da Ordem do Dia:

1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 31 de março de 2022.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa declarou abertas as inscrições para o uso da palavra. Não se tendo observado inscrições, passou-se ao ponto seguinte.-----

2º Ponto - Apreciação das Declarações previstas no artº 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa declarou abertas as inscrições para o uso da palavra. Não se tendo observado inscrições, avançou-se para o ponto seguinte.-----

3º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2021;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, para apresentação da proposta deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Luís António Alves Encarnação.-----



-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação referindo que a proposta apresentada foi aprovada na Câmara, e que estava na posse das senhoras e dos senhores Deputados era a prestação de Contas relativamente ao ano de 2021, ano particularmente difícil pelas razões que são conhecidas, um segundo ano de uma pandemia já com a luz ao fundo do túnel e um ano em que o município apresenta um resultado líquido do período de 808.111,92€, portanto, um resultado positivo. Para o Executivo não foi surpreendente tendo em conta que já acompanham as Contas de forma permanente e, ao longo de todo o ano, no particular das Contas importa referir que estão perante um resultado líquido do exercício, mas na questão da análise de Contas convém referir aquilo que é o indicador mais importante no mundo empresarial, e que é o EBITDA, do inglês *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation And Amortizations*, ou seja, os resultados antes dos impostos, das taxas, da depreciação e das amortizações e que, na contabilidade pública, nem faz muito sentido porque considerar as amortizações no mundo empresarial é um objetivo contabilístico e fiscal, é diminuir os resultados das empresas, das organizações, no sentido de diminuir aquilo que seria o valor tributável. Como era sabido as autarquias não pagam impostos, felizmente e, portanto, poderiam considerar perfeitamente ou os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento ou até os resultados operacionais o que, na sua opinião, fazia mais sentido. No entanto, o sistema normalizado de contabilidade para as autarquias locais considera as depreciações e, portanto, fazem isso, obviamente, mas importava dizer para esse mesmo período a autarquia teve um resultado operacional de 829 841,78€ e um resultado, antes das depreciações e gastos de financiamento, de 9 230 303,56€. Portanto, um resultado considerável que aumenta relativamente a 2021 em cerca de 2 872 721,43€. Aliás, em 2020, ano em que o município teve um resultado negativo de 1 629 282,08€, e vinha aí o diabo, o diabo não apareceu, porque têm um resultado positivo, como era evidente, o resultado antes de impostos e, nessa altura, já o resultado do município, antes da depreciação e gastos de financiamento, de 6 357 582,53€. Para quem gosta de olhar para aquelas coisas e quiser verificar a que se referem as amortizações do exercício elas estão na página 11 e, depois, as acumuladas na página 12, sendo que o valor o mais elevado será o tal de 5 594 625,59€, da conta 6420, bens do domínio público, património, histórico, artístico e cultural. Dito assim podia parecer estranho, mas explicou-se que nessa rubrica das amortizações estão os investimentos que a autarquia faz na conservação das vias públicas, das estradas, da iluminação pública, da rede de abastecimento de água, da rede viária, e tudo o que é investimento nos meios públicos.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o espírito de síntese ao senhor Presidente da Câmara, abriu as inscrições para aquele Ponto da Ordem de Trabalhos e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita declarou que, apesar de ir fazer uma declaração de voto, iria enunciar o seu princípio e resumi-la, aliás, em coerência com aquela que tem sido a posição da sua bancada em anos anteriores. Obviamente que não se pronunciam contabilisticamente e nem sequer têm dúvidas de que contabilisticamente as contas estão bem apresentadas. A posição que tomam é uma posição política e perante os resultados, e nem os resultados em concreto, porque eles são uma consequência do que foi a atuação. E era quanto a essa atuação, em coerência com



2

aquilo que têm dito na Assembleia Municipal, não podem deixar de ter uma posição crítica porque, face aos resultados, o município podia ter deixado de cobrar alguma coisa, podia nomeadamente ter acedido a baixar a taxa de IMI ou, não o querendo, com o argumento de que beneficiaria alguns que não são residentes em Lagoa, ainda que muitos o sejam e tenham lá casa, podia ter renunciado um pouco mais ao IRS municipal. Não o fez, não o vem fazendo, nem de uma forma nem de outra e, como sempre disseram, também não tem obra que tenha justificado o dinheiro que angaria e que gaste. Obviamente, sabem que alguns dos custos e alguma da receita resulta de gastos que não foram feitos, nomeadamente na área da cultura, porque a pandemia assim impôs, mas as obras e nomeadamente aquelas pelas quais se pugnaram como absolutamente essenciais e que esperam sinceramente, como também naquele ano disseram, que desta vez seja de vez e que realmente se avance efetivamente nessa linha e nessa direção, não foi feito e, portanto, em coerência com essa posição, se há receita que podia ser menor, se há despesa que devia ser maior, não se reveem no saldo por pensarem que as entidades públicas e os municípios, em concreto, não existem para dar lucro, existem para ter as receitas necessárias àquilo que é o cumprimento da sua missão e que, portanto, se as têm as devem gastar, salvaguardando alguma reserva que, obviamente, era natural. E, por isso, naturalmente manifestariam essa posição crítica através do voto contra, como já devia ser expectável.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho dizendo que foram eleitos pelo voto popular dos eleitores para a Assembleia Municipal, tomam a sério o compromisso assumido de defesa em matéria de prossecução do interesse público. Levam a sério com respeito e dignidade os seus deveres e direitos no exercício do cargo que assumiram. No início do mandato, em tempo útil, tiveram o cuidado de procurar, com a apresentação de um conjunto de requerimentos, tomar conhecimento, obter respostas e ficar habilitados com conhecimento de causa da vida municipal. À data, passados meses, nem uma resposta, nem uma explicação, nem uma informação e muito menos a entrega de um único documento. Com essa atitude, questionou o que pretendia a Câmara Municipal dos Deputados Municipais eleitos que foram, tal como eles, pelo voto popular expresso em eleições ou o que pretendia, efetivamente, da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal? Talvez pessoas e órgãos arregimentados, desinformados, sem opinião ou conhecimento dos detalhes da vida municipal, pessoas e órgãos submissos apenas disponíveis para votar, se possível para votar no desconhecimento e sempre de acordo com a maioria? Sabia e percebeu que tentaram suportar essa postura no argumento de que cada requerimento continha pedidos de informação de assuntos dispersos, de difícil compilação, alvo de demorada resposta. Era, no entanto, uma tentativa argumentativa, frouxa, inconsequente e sem suporte factual. Efetivamente, são requerimentos muito específicos, muito direcionados, com áreas perfeitamente identificáveis...-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu para esclarecer que estavam a discutir os Documentos de Prestação de Contas.-----

4,



-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo ao senhor Presidente da Assembleia que não podia determinar o conteúdo do seu argumento, mas apenas ele próprio.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou que não estava a entender onde a sua argumentação se relacionava com o Ponto em discussão, que era a apreciação dos Documentos de Prestação de Contas.-----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo ao senhor Presidente da Assembleia que os argumentos a si lhe pertenciam, e não do Presidente da Assembleia, pelo que não tinha de interromper, nem tem que ir buscar aquilo que diz.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, clarificou que é ele quem dirige os trabalhos, que exerce a sua autoridade e quando há desvio dos assuntos de que estão a tratar, sendo esse o seu dever, de acordo com o Regimento, o de alertar os senhores Deputados Municipais, adverti-los e, eventualmente, cortar a palavra se for caso disso. Assim, solicitou que o senhor Deputado se reportasse ao que estava em discussão naquele Ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** afirmando que não era isso que dizia o Regimento. Continuou a sua intervenção, dizendo tratarem-se de requerimentos muito específicos, muito direcionados, com áreas perfeitamente identificáveis, algumas delas só com pedidos de documentação. Falavam de ação social, de desporto, de educação, de Covid e de adjudicações feitas a empresas. Pediram números de utentes e de praticantes, valores e critérios, pediram informações, explicações, datas, informações sobre a execução de trabalhos e a tudo isso a resposta foi o silêncio e a injustificação para aquela postura anti-democrata e opaca. Aquela atitude era, por si só, bastante para os conduzir a uma postura de rejeição dos documentos sujeitos à apreciação naquele Ponto da Ordem de Trabalhos e que fez crescer as suas dúvidas, pois feriram a democracia e colocaram uma cortina de opacidade da transparência. Têm consciência de que os documentos de prestação de Contas têm a sua parte técnica e, sobre ela, não resultou nenhuma dúvida ou questão suscetível de oposição. Bem pelo contrário, estavam confortáveis com o trabalho apresentado e merece a simpatia da sua bancada, mas era na substância do trabalho que foi realizado ou não, que se manifestam as inquietudes e as divergências da sua bancada. Sabiam bem que muitas das decisões tomadas, muitos dos caminhos trilhados, muito do que serviu de argumento ou de suporte a essas decisões não estão nos trabalhos em apreciação, muitos desses detalhes acabam por ser da vida municipal e quando a eles querem chegar, não só não os facilitam, como impedem. Analisaram o exercício de 2021 com os olhos postos em que foi o plano e orçamento aprovado. Buscaram a resposta para a promessa da oferta alargada de habitação para arrendamento a preços compatíveis com o rendimento das pessoas e não encontraram. Sabem, afinal, que a promessa é de mais habitação social onde não se justifica. Procuraram resposta para a construção do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, ou o Lar de Apoio Domiciliário da Quinta de São Pedro que, afinal, não teve apoio do Estado central. Buscaram resposta para a construção do Centro Escolar da Mexilhoeira e sabem agora que teve a oposição do Tribunal de Contas, cuja fundamentação



ainda não lhes foi entregue. Buscaram resposta para a ausência de construção do passeio fluvial da Mexilhoeira, da requalificação da rua Ernesto Cabrita, do Largo do Município, do Parque Urbano do Parchal ou de Lagoa, do acesso à Escola Básica João Corim e, enfim, de tantas outras obras que estavam previstas e ficaram adiadas para outras núpcias. Percebem bem que era ano eleitoral que, infelizmente, a Câmara Municipal teve e precisou de colocar a sua atenção e os dinheiros públicos ao serviço dos desejos e das necessidades de uma campanha eleitoral partidária, de forma a garantir os resultados que tanto promoveram e tanto procuravam. Foi gasto mais de 1 milhão de euros em muita inutilidade. São coisas do destino, pois no passado, quando na oposição, tanto criticavam mas que, atualmente, não só copiam como ampliam em dimensão desmesurada. Era a vida, afinal, a rejeição de práticas governativas que estão entranhadas no exercício de cargos públicos e pagos com dinheiro dos contribuintes. Era bem verdade que o município, desde que iniciou em 2014, com a presidência do Francisco Martins uma nova trajetória, passou a usufruir de uma boa saúde financeira e já poupou um milhão de euros, só em iluminação pública. Era bem verdade que o caminho iniciado em 2013 estava carregado de esperança, trouxe novas abordagens, mas existe tanto por fazer, tanto para mudar e, principalmente, fazer o que ainda não foi feito, mas sente que há um caminho de retrocesso à espreita, um caminho de absolutismo que nada de bom pode trazer. Quis naquela abordagem falar, principalmente, de democracia e de transparência, mas também de justiça social. Falar de democracia e de transparência, como e onde se gasta o dinheiro público e de mitos criados, cuja vida teima em não confirmar. Num concelho onde a cobrança de impostos é quatro vezes superior à média nacional, onde existem situações de injustiça e onde o dinheiro público precisa de ser acutelado e colocado efetivamente ao serviço de projetos daqueles que necessitam e que suportam a vida municipal. Falava e insistia na obra do Silo de Ferragudo, falava de transparência e de democracia e de escolhas erráticas que fizeram. Da transparência porque o Silo de Ferragudo está a ser edificado num espaço afeto a zonas verdes de utilização coletiva, sem que se tenha regularizado a situação do alvará do loteamento, permitindo à administração pública aquilo que ao privado está vedado. Falava de transparência, porque numa obra daquelas, com o impacto financeiro que tem, merecia um estudo sério que clarificasse as necessidades de estacionamento em Ferragudo, ao longo de todo o ano social, que clarificasse a existência de soluções alternativas com um estudo da baixa de Ferragudo que permitisse evitar um tão grande esforço financeiro do município. Mas falava, igualmente, de democracia sim, porque dúvidas não lhes restam de que, afinal, o problema de estacionamento daquela localidade é apenas para dois ou três meses e para servir terceiros e não os habitantes de Ferragudo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo já clarificou na sua entrevista para que servirá o Silo. Ficaram a saber...-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, solicitou que o senhor Deputado o esclarecesse sobre qual o documento concreto - o relatório de gestão ou de prestação de Contas - que estava a tratar para poder acompanhar. Frisou que lhe indicasse qual era o aspeto que estava a tratar ou se se estava a desviar mais uma vez do assunto em discussão. Adiantou que não queria cortar-lhe o uso da palavra e agradeceu que não o obrigasse a fazê-lo.-----

q



-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** questionando se se estava a discutir política ou números naquele Ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu que se discutisse o relatório de gestão e o documento de prestação de Contas. Aquelas eram considerações gerais que tinham cabimento no Período de Antes da Ordem do Dia. O senhor Deputado fazia um rodeio para ir depois tocar ali e acolá no ponto. Manifestou compreender que quisesse fazer essa fundamentação e assisti-lhe esse direito, mas noutra sede.-----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** questionou o porquê se ser noutra sede, uma vez que estavam a discutir o relatório das atividades da Câmara.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, alertou, aliás, que já num outro dia o tinha chamado à atenção e desculpou-o por estar a utilizar o Período da Ordem do Dia para abordar assuntos do Período de Antes da Ordem do Dia. Entendeu, na altura, que de facto era a primeira vez que se reuniam e que o senhor Deputado, por descuido, estava a fazer aquele uso. Percebeu, porém, agora, que se tratava de uma prática reiterada, com a daquele dia o demonstrava. Portanto, agradeceu que se cingisse aos pontos em concreto da Ordem de Trabalhos e não se tratava de restringir os seus direitos enquanto eleito, pois tem a liberdade de expressar os seus pontos de vista, no momento próprio, sendo antes o cumprimento do seu dever de dirigir os trabalhos, pois também era importante os trabalhos seguirem a sua ordem e os Senhores Deputados não fugirem às questões que estão em debate em cada ponto, caso contrário a discussão seria uma anarquia completa. Solicitou, assim, que o senhor Deputado Municipal prosseguisse dentro do Ponto da Ordem do Dia.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** declarando ter uma interpretação completamente diferente daquela que tinha o senhor Presidente da Mesa, pois tinha que discutir o relatório da Câmara, o exercício daquela e não apenas os números. Sobre a parte técnica já se havia pronunciado e tinha de discutir aquele que foi o exercício do Executivo da Câmara e era sobre isso que se estava a debruçar, sobre um ano inteiro de trabalho.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, solicitou que prosseguisse e concluísse a sua intervenção, cingindo-se ao Ponto da Ordem do Dia. Com a autorização do senhor Deputado Municipal que estava a intervir, foi dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmou que já no passado, no mandato anterior, aconteceu ali uma ou duas vezes aquela situação e, realmente, era necessário esclarecer aquilo. Em primeiro lugar, parece-lhe que o senhor Deputado tem razão quando diz que não compete, e com todo o respeito que tinha pelo senhor Presidente da Mesa, nem ao Presidente da Mesa, nem à Mesa, nem a ninguém, julgar da intervenção ou do conteúdo de uma intervenção, quando essa intervenção



está dentro do tempo que o partido tem para usar, desde que haja uma qualquer conexão com o Ponto que está em causa. Sendo honestos, explicou que não valia a pena fazerem-se de desapercibidos, mas as contas são o resultado da política seguida durante o mandato, pelo que todos sabiam que há dois momentos particularmente políticos de intervenção que é o do Orçamento, ou seja, a perspectiva daquilo que o Executivo pretende fazer e, as Contas, que é a análise, a crítica daquilo que foi ou deixou de ser feito. Não era ir ali, como o senhor Deputado diz, o senhor Presidente da Câmara, todos sabem que não estão ali para discutir se foi bem colocado naquela rubrica, um ponto ou outro. Também podiam discutir isso se tiverem conhecimento e se o quiserem discutir, mas aquilo que estava em causa era que aquele é o órgão político de fiscalização da ação da Câmara e têm em cada sessão ordinária um ponto onde o podem fazer, que é o relatório do senhor Presidente sobre a atividade da Câmara e aí, se quiserem, pode-se falar de tudo e de mais alguma coisa, porque era disso que estavam a tratar. E têm, anualmente, dois momentos onde isso pode ser feito de forma mais ou menos criativa, mais ou menos sucinta. Optou por uma via sucinta ao dizer que acha que a Câmara cobrou de mais, que gastou de menos, não concorda com o resultado, mas não quer dizer que todos tenham que ter esse poder de síntese. Porém, também não achava que a maioria do Partido Socialista possa exercer uma pressão sobre as bancadas da oposição, porque as bancadas da oposição têm naquela casa, e no seu tempo, o seu momento próprio de se expressar, como o Partido Socialista sempre fez quando foi a oposição. Portanto, não havia como respeitar quando se está num lado, aquilo que fez quando se esteve no outro e tinham ganho o tempo que andaram a perder com aquela discussão, que não considerava perdido, pois era bom que as pessoas se esclareçam uns aos outros, mas já estavam a arrumar o assunto se o senhor Presidente não tivesse insistido com o senhor Deputado, que tem o tempo para usar e pode gerir, e desde que esteja a falar sobre a atividade da Câmara, pensava que cabe ali, porque ele próprio também podia tê-lo feito. A bancada do Partido Social Democrata decidiu ser sintética, a do Movimento Lagoa Primeiro decidiu ser mais prolixo, mas não via que fosse, nem com apartes, nem com pressão e nem com bocas que a democracia ganhe. E aquilo era a verdade daquilo que devia ser o papel daquela casa. Todos têm que se respeitar uns aos outros, porque quando a bancada do Partido Socialista vai elogiar a ação do município, a oposição também pode não achar muita graça mas tem que encaixar, era o papel e o dever e a posição que eles decidem ter e, portanto, julgava que com respeito mútuo funciona muito melhor e têm muito menos chatices.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e quis esclarecer, julgando não haver qualquer tipo de dúvida, de que não era sensível a qualquer tipo de pressões na direção dos trabalhos. Contudo, há normas regimentais que tem de observar e fazer observar. Se é verdade que o Deputado não deve ser interrompido no uso da palavra, o Presidente da Mesa deverá interrompe-lo, nomeadamente, quando se desvia do assunto em discussão. No caso em apreço, ninguém duvidava de que toda aquela elaboração em torno dos requerimentos, respondidos e não respondidos, bem como outras matérias afluídas pelo senhor deputado não tinham qualquer conexão com o ponto da ordem do dia em discussão e daí a chamada de atenção da Mesa do senhor deputado. Por outro, o tempo de uso da palavra de cada grupo municipal não era um direito absoluto. Os senhores Deputados têm o seu tempo de intervenção e devem usar esse tempo, mas ele próprio também tem a obrigação legal e regimental de dirigir os trabalhos, por forma a, por



4,

um lado, serem cumpridos os tempos regimentais atribuídos aos grupos municipais e, por outro, que os trabalhos tenham o seu curso normal e decorram no respeito pela ordem do dia, porque senão cada um utiliza o seu tempo para dizer aquilo que entende, sem qualquer conexão com o Ponto da Ordem de Trabalhos em discussão, o que seria absolutamente inaceitável. Solicitou ao senhor Deputado Diamantino José Ernesto Ruivinho que concluísse a sua intervenção dentro do tempo que lhe era concedido, sendo que lhe restavam dois minutos.-----

-----Retomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que iria retomar a intervenção, mas não podia deixar de responder àquilo que colocou e não iria perder tempo, porque quanto à questão dos requerimentos, o senhor Presidente da Assembleia teria uma interpretação errada e numa próxima Assembleia ordinária falaria sobre o assunto, porque aqueles requerimentos significaram aprovações na Câmara ou de obras, ou de subsídios, ou de apoios, ou seja, gastos do município todo e, na sua opinião, sem documentos não pode falar, mas podem ser ter sido boas decisões ou más decisões, sobre as quais só pode falar com base da documentação e como não lhe forneceram a documentação e limitam a democracia e a transparência para poder falar sobre as coisas. Por isso, preferia ficar calado enquanto não tiver os documentos, mas, efetivamente, ao não lhe fornecerem os dados, estão no exercício de cargos públicos, estão no exercício do mandato e, portanto, tinham interferência claramente naquilo que estava ali apresentado, nas contas e nas decisões que tomaram. E, portanto, não quer enveredar na discussão concreta dos requerimentos enquanto não lhe forem dados os dados, pois frisou que não iria falar de coisas que não domina e por isso é que se pede informação, mas a Câmara tem o dever de lhes entregar a documentação, para depois falarem em coisas concretas, mas que tal tinha interferência e era uma limitação à democracia.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, assentiu que a Câmara estava em falta para com a Assembleia relativamente à resposta aos requerimentos apresentados pelo senhor deputado. Por várias vezes interpelou a Câmara e tinha a informação de que estão a ser preparadas as respostas. Já deveriam ter sido oportunamente dadas, mas também foi dada a explicação por parte da Câmara porque é que até então não foi respondido, pelo que cada um dos Deputados faria o juízo que entendesse. Agradeceu, assim, que prosseguisse a sua intervenção.-----

-----Usou de novo a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que iria continuar a sua intervenção por julgar que teria todo o direito de ser falada naquele Ponto. Falava igualmente de democracia, porque dúvidas já não restam de que, afinal, o problema de estacionamento na localidade era apenas para dois ou três meses e para servir terceiros, não os habitantes de Ferragudo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia já clarificou na sua entrevista para que servirá o Silo e ficaram a saber que se submeteram mais de 20% das receitas dos impostos dos contribuintes do concelho para a agência do IMI para o Silo de Ferragudo e que atingirá cerca de 3 milhões de euros, não para resolver problemas ou soluções de estacionamento dos residentes, mas de terceiros. Para isso, aplicavam a taxa turística cuja solução poderia anualmente render mais de 2 milhões e meio de euros e, com isso, poderiam encarar projetos decorrentes do impacto turístico do concelho. Mas sem um estudo do estacionamento em Ferragudo, questionou por que escolheu a Câmara Municipal



aquela solução e não colocar o terreno num quadro de investimento privado, libertando o esforço pedido ao erário público. Provavelmente, todos saberiam a resposta que, possivelmente, os privados dariam a esse investimento e à sua importância, assim como sabem os interesses e os interessados que moveram e fizeram aprovar aquela solução. Falou ainda em democracia quando depois de construir o Silo, representará seis anos de apoio dado a todas as IPSS no seu conjunto, em sede de contrato para funcionamento e recuperação de instalações e quando aquelas estruturas sociais acolhem, tratam e acautelam a vida de milhares de utentes assim como são estruturas indispensáveis de apoio económico às famílias.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, alertou que restava um minuto para concluir a sua intervenção, assegurando que o tempo da interrupção anterior não foi contabilizado no tempo da intervenção do senhor Deputado.-----

-----O Senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** continuou a sua intervenção afirmando que continuavam a falar de democracia tomando como exemplo o movimento da iniciativa Lagoa Summer Cup, mais conhecida como o jogo do Rama, que custou aos cofres do município, melhor dizendo aos contribuintes concelhios, a módica quantia de 61 500,00€. Nenhum clube lagoense, nem os mais destacados ou os demais atletas movimentam, ou os que mais títulos arrecadam e maior visibilidade dão ao município ou contribuem para o município ao nível do desporto, se aproximam do contrato desportivo daquele valor. Questionou, pois, que democracia era aquela que coloca nas mãos de um agente, por um jogo que devia antes de mais, pagar para usar os espaços, uma quantia superior à que é atribuída a qualquer instituição de relevo social, de enorme importância concelhia. Mas podia falar igualmente do célebre concurso das Misses, que custou aos lagoenses 86 100,00€, cujo valor é superior ao que é dado a qualquer IPSS naquele concelho. Ou o evento dos concertos da Fatacil que custaram 241 745,00€, com o argumento de que a iniciativa foi no sentido de informar que a Fatacil não morreu. Aquilo não era democracia, ou melhor era uma democracia adoentada e frágil. Adoentada porque liberta o dinheiro para empresários e para iniciativas, cuja importância social ou outra para o município estão longe da importância que lhe atribuem, quando limitam ou dificultam ou não prestam apoios indispensáveis para as populações locais. Falou de uma democracia frágil e de uma transparência muito opaca, quando se verifica que o dinheiro arrecadado com o pagamento dos impostos pelos concidadãos, foram para festas e festinhas de verão, ao serviço de iniciativas puramente eleitorais, cujos valores ultrapassaram o conjunto dos apoios prestados às estruturas sociais do concelho através de um serviço de apoio.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, pediu que concluísse por ter ultrapassado o tempo há muito.-----

-----Usou de novo a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo perceber que incomodava falar de coisas reais.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, advertiu o senhor Deputado de que teria de orientar as suas intervenções de acordo com o tempo disponível, pois tinham que respeitar os tempos de todos.-----



-----Retorquiu o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que se não o tivesse sido interrompido tanta vez...-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, contrapôs que esse tempo ficou suspenso, pelo que deveria concluir a sua intervenção porque o seu tempo havia já terminado há muito.-----

-----Usou de novo a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que faria o gosto ao senhor Presidente da Assembleia desde o princípio que ficou incomodado com as questões que são levantadas e que estão dentro do Ponto da Ordem de Trabalhos e sendo essa a leitura do Presidente da Mesa e da Assembleia, fazia o registo desse tal facto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu não ter ficado incomodado com quaisquer questões colocadas, agradeceu a intervenção e deu, em seguida, a palavra ao senhor Deputado Luís Filipe dos Santos Alberto.---

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** declarando que aquilo, de facto, não era democracia, pois democracia é o que aprenderam no espírito democrático e no 25 de Abril, foi que as ações hoje que tenham efeitos amanhã, continuarão a lembrar delas e continuarão a assumir as atitudes que tiveram anteriormente e a responsabilidade que tiveram anteriormente. Aquilo, realmente, não era democracia quando se esquece que o tão afamado Silo ou o parque de estacionamento foi aprovado nos idos anos de 2017-2018, pela primeira vez, sustentado num plano do município apresentado na Assembleia Municipal e naquela mesma sala, de mobilidade para o concelho e para Ferragudo. Não acreditava em bruxas, mas que as há, há, esse plano existe, esse estudo foi feito. Isso também não era democracia, quando não se conhece os sítios por onde andam ou passam por lá de carro e não sabem as necessidades das pessoas e de quem os visita. Isso não era democracia, quando sabe que aquele Silo ou aquele parque de estacionamento foi apresentado no orçamento participativo de 2010 e quem estava lá em 2010 são aqueles que se esquecem que lá estiveram e que não fizeram nada daquilo que dizem que estão a fazer ou que os outros fizeram. Portanto, isso não era democracia quando se passa uma esponja por tudo aquilo que foi feito e com um renascer da Fénix, Fénix essa sem qualquer lembrança do que foi anteriormente, talvez um anjo que suba aos céus, porque isso não era democracia.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** afirmou estarem perante um documento muito bem elaborado, muito bem muito bem apresentado e não era de bom tom se não passassem os olhos por ele e fizessem alguma filtragem. Nos documentos de prestação de Contas de 2021 existe uma parte que é o endividamento, outras dívidas a terceiros e, nessa folha, a 1 de janeiro, está a mesma importância que estava a 31 de dezembro, mas no final do documento lê-se que a Câmara tem uma dívida a fornecedores, a 31/12, de 18 045,00€. Mas aquela folha não está bem, pois devia estar a importância que foi paga, ou que foi contratualizada e depois então paga. Ao analisar



aquela folha via que o município estava em dívida. Reparou que as contas de 2021 têm, nas receitas totais, mais de 4 milhões de euros em relação a 2020. Só em IMI o município recebeu 9 700 000€ e, como já tinha sido dito ali, com certeza que o município poderia ter baixado uma parte do IMI, o IUC também e o IMT, mas não se iria alongar para não ser cansativo. Relativamente às taxas e devido ao grande aumento, disse que o Executivo deveria pensar em reduzir a taxa de relaxe naquele momento. Em 2021, recebeu 126 000,00€. Às vezes, por um mero esquecimento as pessoas vão pagar no dia a seguir depois do limite de pagamento e já pagam um valor quase igual ao que devia, isto é, ao do seu consumo. Verificou que as despesas com o pessoal 8 900 000,00€, é uma grande parte, têm aquisições de bens e serviços com 18 626 000,00€, transferências correntes 5 202 000,00€, portanto, superior a 2020 e também muito superior ao que foi estipulado no dito orçamento. Colocou uma pergunta na parte das receitas, pois do FEDER receberam na parte de capital, para participação 93 000,00€ para a requalificação da rua Coronel, 49 000,00€ para o Algarve Mais Digital, para a Espamol e a remoção do fibrocimento 143 000,00€, para a remoção de fibrocimento do Rio Arade, 161 000,00€ para remoção da escola de Estômbar receberam 14 000,00€. Mas depois, na parte das despesas, aparece Estômbar 244 000,00€ e que só recebeu do FEDER 14 000,00€, aparece Espamol com 193 000,00€ e não aparece nada para o Rio Arade, que recebeu do fibrocimento à parte. Com isso tiveram uma despesa total de 43 milhões, uma receita total de 54 milhões, pelo que o valor a transitar para 2022 será de cerca de 11 milhões. Analisou também a parte das despesas correntes, aquisição de bens e serviços, pois antes tinha dito que era um documento bem elaborado e estava, sem dúvida, mas talvez pudessem melhorar no sentido de haver uma maior transparência. Não estava a querer duvidar do que fizeram ou não, porque tudo isso acaba por estar plasmado, em termos de números mas, por exemplo, na aquisição de bens e serviços têm água, encargos com as instalações, limpeza e higiene e depois outros serviços, que é o 020225, outros serviços com 4 224 000,00€ pelo que acabam por não saber onde é que isso foi parar. Sugeriu que poderia haver um quadro ou uma tabela conforme existem outras, onde pudesse explicar. Acabam por ter Outros no 07010307 com 360 000,00€, outro com 518 000,00€ portanto, havia vários Outros, e julgava que havia de melhorar. Era uma execução de obras feitas pelo Executivo em relação à educação, à parte da saúde e a obras e não tinha mais nada a acrescentar. Apresentaria uma declaração de voto, mas gostava de obter um feedback do Presidente Luís António Alves Encarnação sobre algumas coisas que apontou.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e dado o aproximar da hora do fecho da Assembleia, ou seja, as 24 horas, e estando ainda no Ponto Quarto, a Mesa propôs à Assembleia, ao abrigo do disposto no artigo 26.º n.2 do Regimento, a partir da meia-noite, a prorrogação da sessão por mais uma hora, proposta essa que não registou qualquer objeção, considerando-se aprovada, por unanimidade, a prorrogação da sessão até à uma da manhã. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim João Lopes Paulo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim João Lopes Paulo** dizendo que aquela era a casa democracia e que a sua liberdade acaba, quando começa a do outro e que aquilo que ouviu e que esperava nunca mais ouvir, mas já nada o surpreende, e que era fazer juízos de valor sobre terceiros, em quem devem votar e na interpretação da lei. Pediu, encarecidamente a cada um dos senhores Deputados que faça ali a sua interpretação, que

q



exponha os seus pontos de vista, falando por si ou pelo Grupo, nunca pelos outros, porque todos são pessoas legitimadas para ali estarem e fazerem e agirem em conformidade conforme a consciência de cada um, aquilo que estava em causa e que era a casa da democracia, uma casa que defendem e muito honram.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo para salientar, por vezes, no acalorado das discussões devem ser mais moderados e ter cuidado com aquilo que se afirma e isso aportava a uma frase dita um pouco antes pelo Deputado Luís Alberto que disse algo, e que se pensasse bem, veria o seu desajustamento. Quando refere em 2010 um orçamento participativo e metia lá um Silo de estacionamento, que nunca esteve previsto nessa altura e que custa, atualmente, a módica quantia de uns milhões. Se, atualmente, se fizesse orçamentos participativos desse valor, não conseguiram fazê-lo. No acalorado das discussões as pessoas sentem-se e recomendou que fossem moderados e pensassem naquilo que dizem e que não atirassem tudo para cima para servir de armas de arremesso, porque isso não dignifica a posição de nenhum dos membros, não dignifica a posição da Assembleia, nem nenhuma das bancadas presentes e dignifica ainda menos quem as produz. Aconselhou, assim, algum cuidado no que se afirma e que procurassem ser democratas e não fazer o esmagamento de tudo e de todos inclusivamente, porque aquela foi uma tirada altamente demagógica. Apelou para que não houvesse réplica, não valia a pena e apelou a que as pessoas tivessem o bom senso de enobrecerem os órgãos políticos e a atividade política de cada um dos membros.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos disse que antes de começar a sua intervenção e, ao contrário daquilo que já tinha sido dito, iria abordar alguns números, porque são os números que foram ali falados que vão conseguir fazer perceber o quanto aquele Executivo faz um bom trabalho, um trabalho com rigor, transparência e honestidade. Mas antes, disse ainda, e pegando nas palavras do Deputado José Inácio, na realidade, era preciso algum bom senso e dizia que desde 1993, tem tido um grande bom senso, aguentando tudo e todos, em cima, quase perdendo o emprego por força daquilo que alguns chamavam ser política, mas considerava que em política não pudesse valer tudo. Na sessão anterior falou-se sobre o facto de alguém estar com problemas a nível profissional porque, por força de uma queixa, pois ali estava quem recebeu muitas queixas e pouco faltou para perder o trabalho e o pão da família e quem o conhecia sabia do que falava e isso também era bom senso. Era bom que se lembrassem disso as pessoas ali estavam e que intervieram de uma forma ofensiva, pelo que exprimiu um voto de solidariedade com o senhor Presidente da Mesa que vai aguentando todos aqueles ataques, pois o presente mandato tem-se pautado pela situação de que alguns deputados, de uma forma abusiva e até roçando o ofensivo, o têm atacado. Ou seja, o Regimento só serve para alguns pontos que lhes servem. Disse ainda, e respondendo ao senhor Deputado Joaquim Cabrita, que o Partido Socialista, por



força daquele tema que estavam a abordar, e que eram as contas da gerência, nunca votou contra, votou contra orçamentos, mas contra contas de gerência nunca o fez. Mas, à imagem do que tem acontecido nos últimos anos, tornou-se frequente assistirem na Assembleia Municipal à apresentação de relatórios e contas e de atividades exercidas pelo município com o rigor e a transparência exigidos por aquele órgão na sua ação fiscalizadora, mas também pelas entidades oficiais nomeadamente o Revisor Oficial de Contas, assim como a sujeição à avaliação do seu desempenho, espelhado no anuário financeiro dos municípios portugueses. Ainda que nem sempre de uma forma transversal a todas as bancadas representativas dos partidos políticos, aquilo a que têm assistido é ao reconhecimento do bom trabalho e que corresponde à forma séria, empenhada e responsável como o Executivo do Partido Socialista pauta a sua ação perante os lagoenses. Relativamente aos documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2021, o Partido Socialista analisou com o critério e a responsabilidade exigidos e concluiu o seguinte. À imagem de exercícios anteriores, 2021, foi novamente marcado pela situação pandémica. O resultado líquido positivo foi de 800 000,00€ o que, em relação ao resultado negativo de 2020, de cerca de 1,6 milhões de euros, resulta numa recuperação de 2,4 milhões de euros. De registar, como era previsto, o resultado negativo de 2020 resulta do aumento do apoio às famílias, às IPSS e no combate à pandemia, ou seja, aquilo que não se investiu em cultura, investiu-se no combate à Covid. Mantém a estabilidade económica e financeira do município sem riscos do não cumprimento dos objetivos orçamentais. Apesar da conjuntura económica ser problemática e desfavorável verifica-se um aumento significativo das receitas cobradas, perfazendo o montante de mais de 54 milhões de euros, bem como um aumento das despesas de mais de 43 milhões de euros. Manteve-se a estabilidade das verbas provenientes dos impostos autárquicos, no que diz respeito ao IMI e um aumento significativo de receita do IMT na ordem dos 30%, face a 2020, que se justifica pela dinâmica da atividade imobiliária no concelho de Lagoa, não obstante a crise. Apesar deste aumento da cobrança de imposto, estavam longe de concordar que se tratou de um aumento de impostos que veio recair sobre os lagoenses, mas sim fruto de um investimento exterior. Da mesma forma, aumentaram as receitas provenientes das taxas cobradas em obras e loteamentos, tendo crescido 25% face a 2020. A despesa teve um aumento de 12% face ao ano anterior, para um total de mais de 43 milhões de euros. De destacar o aumento no apoio às associações sem fins lucrativos, com um aumento nesses apoios na ordem dos 25% e que perfaz quase 4 milhões de euros, assim como o reforço nas transferências para as famílias na ordem dos 20%, chegando a quase 400 000,00€. Noutro campo de atuação, o reforço das verbas para aquisição de bens e serviços de funcionamento, num aumento de 15%, que equivale a cerca de 19 milhões de euros. Ali frisou o ponto de que muitas vezes se fala numa forma crítica acerca da ação ou do cumprimento de contas e, naquele caso, do orçamento e das Juntas de Freguesia que ali fiscalizam, que as Assembleias de Freguesia fiscalizam, mas talvez no futuro possam também ter os relatórios de algumas IPSS, pois estavam a falar em 4 milhões de euros do erário público e que nem sempre sabem qual é verdadeiramente o seu intuito. Ou seja, a Câmara saberia certamente, mas, quem sabe, no futuro, seria importante a Assembleia saber onde é que estão gastos os 4 milhões de euros do erário público. Destaca-se o reforço de 18% do investimento direto do município em bens de capital. No que diz respeito à execução orçamental verifica-se em relação às plurianuais cerca de 80% no valor aproximado a 70 milhões, assim como nas atividades mais relevantes

q,



também cerca de 80%, no total de quase 20 milhões de euros. Escusado seria dizer que a bancada do Partido Socialista iria votar os documentos favoravelmente.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Luís Filipe dos Santos Alberto para direito de resposta.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado **Luís Filipe dos Santos Alberto** disse que, uma vez que teria sido mal compreendido naquilo que queria dizer, e como eram as coisas escritas que ficam para a história e que firmam aquilo que cada um diz, na entrevista disse e repetiu que defenderam a obra do Silo em 2010 e depois foi alvo no orçamento participativo. Iria fazer chegar a quem lhe pediu antes, o documento que, desde 2010, foi entretanto enviado para a Câmara sobre esse assunto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho, frisando que aquele já tinha esgotado o seu tempo.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo que foram feitas ali afirmações depois da sua intervenção que gostava de clarificar e perguntou se poderia fazer.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que seria possível se pedisse tempo a qualquer Grupo Municipal, podendo negociar a cedência de tempo, mas não ultrapassá-lo. Confirmou ter a liberdade de pedir tempo a qualquer outro Grupo Municipal. Perante a confirmação daquele Deputado que não iria pedir tempo a nenhum partido, esclareceu que teria de ser o senhor Deputado a gerir o seu tempo e não a Mesa.-----

-----O senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** retorquiu que quando são feitas afirmações depois da sua intervenção, relativamente àquilo que disse, teria o direito de resposta.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, afirmou que a Mesa não identificou ter havido qualquer ofensa à sua honra e dignidade, pelo que não teria motivo para usar da palavra. Na ausência de mais intervenções, foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para esclarecimento às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**, assegurou que iria procurar ser sintético, dado o adiantado da hora e começou pela intervenção do senhor Deputado Joaquim Cabrita. Disse conhecer essa posição relativamente à questão dos impostos, mas também era conhecida a posição do Executivo e o compromisso que assumiram naquela Assembleia, em sede de orçamento para 2023, de levarem ali o estudo em que estavam a trabalhar relativamente a toda a questão das taxas e impostos do município e de verificarem de que modo é que podem, se há margem para isso e de que forma é que podem baixar e rever, e criar o tal regulamento para o IMI, que parece que é possível fazer e estão a trabalhar com especialistas nessa matéria. Reafirmou esse



J

compromisso que fez em sede de orçamento no passado, mas disse ainda que o aumento na receita total entre 2020 e 2021 foram 140 000,00€ e se tivessem baixado 0,1% na taxa, nas contas que foram apresentadas, significaria que teriam um valor negativo em termos de IMI relativamente ao ano de 2020, porque o aumento dos impostos, e essa era uma falácia que importava ser desmontada. O valor dos impostos no concelho de Lagoa e o seu aumento não decorre do esforço que os municípios fazem, mas sim sobretudo do IMT que, em 2021, foi superior em mais de 3 milhões de euros relativamente a 2020, resultado da grande dinâmica que aquele município tem, da beleza natural que ele tem e da vontade que as pessoas têm de viver em Lagoa e ali adquirir imóveis. Esse era também o fruto do trabalho que fazem, obviamente, da Câmara e das Juntas de Freguesia e também com as decisões que tomam na Assembleia que, mesmo em tempo de crise, torna aquele concelho tão atrativo. Acrescentou ainda, e porque já estavam na posse dos elementos, na terça-feira seguinte quando levarem ali a revisão orçamental, nos termos da lei, já estava previsto também um aumento do valor do IMT relativamente àquilo que aprovaram, porque em três meses de execução do ano de 2022, já vão com 2 milhões de euros a mais, relativamente ao período de 2021. Voltou a dizer que não era uma taxa que onera os lagoenses, mas sim aqueles que querem investir em Lagoa e que querem se tornar lagoenses, no futuro, seguramente. E também era uma falácia dizer que se paga quatro vezes mais, porque se forem para Loulé é 50 vezes mais, que tem a mesma realidade de Lagoa, mas aumentada, porque tem uma dimensão muito maior. Era preciso explicar aquilo às pessoas e não trabalhar os números, porque senão não estão a ser sérios do ponto de vista da análise das contas. Disse ainda que afirmar que o município de Lagoa não tem obra, também está errado, porque se não tivessem obra, não teriam na página número 11, 8 400 000,00€ de amortizações do exercício. As amortizações são sobre investimentos, sobre a obra que aquele Executivo fez e que fez nos últimos anos, em 2020 e em 2021, por isso é que ele estava ali nas amortizações, assim os números demonstram. Os documentos de prestação de contas e relatório de gestão são dois calhamaços estava ali toda a informação, trabalham com toda a transparência e confirmou ao senhor Deputado que o município ainda não respondeu à quase uma centena de perguntas em vários requerimentos, mas iriam fazê-lo, pois têm um membro do gabinete de apoio ao Presidente que não faz outra coisa a não ser compilar informação como foi pedida. Já perceberam qual era o objetivo da informação, porque há um padrão, mas irão responder a tudo, naturalmente. No município querem trabalhar com toda a transparência e o exemplo, por vezes, também tem que vir da sociedade civil e das instituições que, às vezes, não têm a transparência que o município tem e querem exigir, e quando se exige isso tem que ser transversal a toda a sociedade, porque o que faz crescer os partidos que não acreditam na democracia e que criticam a democracia como ela existe, é precisamente que muitas vezes aqueles que criticam a falta de transparência, também não a executam e, por isso, era importante clarificar e que a questão da transparência fosse igual para todos, pelo que garantiu ao senhor Deputado que iria receber todas as respostas e toda a informação porque na Câmara de Lagoa não têm nada a esconder, toda a informação está ali e tudo aquilo que aqui não estiver e que seja necessário para o cabal conhecimento de todos os deputados da Assembleia e os lagoenses, partilharão isso sem qualquer tipo de problema. Acrescentou ainda que o Algarve Summer Cup foi um investimento do município de Lagoa num torneio que teve uma visibilidade e que levou o nome do município de Lagoa e que o afirmou como um destino turístico para turismo desportivo, para acolher estúdios, a mais de 40 países do mundo e teve uma visualização de mais de 80 milhões

g,



de pessoas, sendo que o resultado prático desse investimento que o município fez, e que inicialmente foi pedido 150 000,00€, para o município fazer e fizeram pelo número que acabou de dizer já incluindo o IVA foi 50 000,00€ mais IVA, uma redução substancial e se o município não agarrasse essa oportunidade iria seguramente para outro município e daqueles que concorrem diretamente com o município de Lagoa nessa matéria e se há investimento que teve um retorno imediato, pois logo a partir de outubro e novembro, e tiveram que adiar as obras no estádio da Belavista, precisamente por causa disso, receberam quase uma dezena de estágios, o últimos dos quais que, enfim se soubessem o que sabem agora, provavelmente não aceitariam, que foi o Zenit de S. Petersburgo que trouxeram ao concelho de Lagoa e, sobretudo, num período tão difícil em que estão a procurar recuperar naquilo que é a principal atividade económica, o turismo, receitas importantes, colocar as unidades hoteleiras a trabalhar e significa que estando a trabalhar essas unidades hoteleiras não despedem os trabalhadores e, portanto, é uma garantia de que há emprego e que precisariam juntando ao futebol, e juntando as equipas que faziam na canoagem e, por isso, estão a fazer um investimento também na pista de atletismo para trazer estágios no inverno no atletismo, e é precisamente importante porque o grande problema que têm, tendo em conta que a principal atividade é o turismo, é a questão da sazonalidade, sendo uma excelente oportunidade juntamente com outras, que têm de mitigar essa sazonalidade e garantir a ocupação das unidades hoteleiras o maior tempo possível ao longo do ano. Assegurou ao senhor Deputado Diamantino Ruivinho que vão continuar a fazer esse investimento, sobretudo investimento que tem um retorno imediato. Foi imensa a procura que tiveram, uma diferença abismal relativamente a 2019 na procura de Lagoa para a realização de estágios desportivos, assumindo-se como um investimento muito importante, do seu ponto de vista. Disse ainda que quando chegaram à Câmara em 2013-2014, têm seguido a mesma linha desde essa altura até então. Não mudaram nada. Ainda que em 2019 tivesse havido uma alteração na Presidência, que é conhecida. E às vezes ficava confuso e presumiu que a Assembleia e também os lagoenses, sobre quantos Movimentos é que afinal há. Quanto às perguntas que fez relativamente ao Silo de estacionamento de Ferragudo e às afirmações que fez, a não ser que fosse bem informado coisas que não sabe, nem o seu Executivo é que a obra do Silo de Ferragudo é uma decisão do líder do Movimento Lagoa Primeiro, a decisão foi do líder do Movimento Lagoa Primeiro, o Centro Escolar da Mexilhoeira da Carregação foi lançado tal e qual como está pelo líder do Movimento Lagoa Primeiro, pelo que sugeriu que perguntasse ao líder do Movimento Lagoa Primeiro, porque é que fez isso e porque tomou essas decisões, porque aquilo que fizeram, essas e muitas outras obras, que foram pensadas, aprovadas e decididas pelo Francisco Martins, que faz parte do Grupo Municipal do senhor Deputado, a quem devia perguntar porque é que tomou essa decisão e porque não convidou os privados para fazer, estava mais informado do que qualquer um dos presentes, pois a decisão foi tomada pelo Francisco Martins. Da mesma maneira que as “festas e festinhas” referidas fazem parte de uma estratégia de promoção cultural que o município adotou em 2013-2014 e também vinha do anterior mandato. Já teve oportunidade de dizer que, nessa matéria, na cultura, na educação, no desporto, e na ação social nunca o ouviram dizer outra coisa, a Câmara e o município já trabalhavam bem, obviamente, fazem diferente, melhoraram onde era possível melhorar, corrigiram aquilo que era corrigir, estando a marca do atual Executivo, evidentemente, mas já fazia muito bem e, atualmente, com muito orgulho dizia que o município de Lagoa é um exemplo em termos de programação cultural no Algarve e até no



país. Em termos de apoio ao desporto, e o senhor Deputado Diamantino Ruivinho conhecia perfeitamente e não valia a pena dizer que não sabe, porque conhece muito bem o apoio que a autarquia dá a 15 modalidades, das quais tem quatro que são estratégicas e que trazem uma discriminação positiva, está devidamente aprovado na Câmara e nos protocolos de cooperação financeiros, nos famosos contratos-programa para o desenvolvimento desportivo. Isto, antes da pandemia pois, obviamente, que depois da pandemia houve uma redução desses números, mas disse ser um concelho com uma dinâmica desportiva brutal. Sobre essa matéria acrescentou que estava a acontecer no concelho de Lagoa, naquele momento, um torneio Internacional de andebol com quatro seleções, a portuguesa e mais três, que também era uma prova de grande importância para promover, na mesma lógica, Lagoa enquanto destino turístico do turismo desportivo, numa modalidade também muito importante para o concelho. O jogo da seleção portuguesa no dia seguinte com a Noruega, no Arena em Portimão, só se realizaria em Portimão porque Lagoa não tem, nem precisa de ter, um espaço com a dimensão do Arena de Portimão, e era tudo fruto do investimento que o município faz naquelas áreas e que vão continuar, naturalmente, a fazê-las porque isso faz parte da estratégia e que foi sufragado pelos lagoenses, tendo toda a legitimidade para continuar esse caminho, porque os lagoenses pronunciaram-se estava tudo no programa eleitoral, e os lagoenses pronunciaram-se de forma clara relativamente a essa matéria. Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor Deputado Jorge Ramos, explicou não haver dívida, e explicou que antes de ir para a Assembleia passou pelo gabinete do chefe de divisão e a dívida do município de Lagoa a 31 dezembro 2021 é zero, mas o que acontece é que quando são lançadas empreitadas, quando o município adjudica uma obra e quando faz um pagamento, está obrigado, nos termos da lei da contratação pública, a reter uma verba que é uma espécie de caução e essa caução tem que ser contabilizada, é colocada numa conta própria, o município não utiliza aquele dinheiro, há uma conta própria só para isso, e ele tem que ser contabilizado. Aquelas dívidas a terceiros, dívidas porque o município um dia quando as obras estiverem executadas e concluídas, o município vai ter que devolver esse dinheiro da caução, quando fizer a receção definitiva da mesma e, portanto, era por isso que ela estava obrigatoriamente contabilizada. Era uma dívida a terceiros, mas não era uma dívida, porque no fundo o município está a aplicar a lei e está a caucionar um valor que tem por fim garantir que a obra é executada, para não haver prejuízos para o município. Assim, essa questão dos 4 milhões de impostos também já explicou que a diferença nos impostos decorre sobretudo do aumento do IMT, sendo que o do IMI era residual, 145 000,00€ em 9 milhões de euros era verdadeiramente residual o aumento. No IUC tem um resultado negativo, perderam dinheiro, porque tem a ver com os acertos que fazem e que vão cair no ano a seguir, pois já estão lançados em 2022, porque é preciso fechar o ano e depois vêm os acertos feitos pelas Finanças, mas o IUC não tem expressão nenhuma. Os loteamentos também subiram ligeiramente e depois têm uma diferença substancial na questão da água, dos resíduos sólidos e do saneamento, e isso decorre de que em 2020, aquela medida que tomaram julgando que estavam a aliviar as famílias, de adiar e dar mais 60 dias para o pagamento das faturas da água, foi uma medida que, hoje em dia, não fariam de certeza porque tiveram que esclarecer variadíssimas pessoas e foi uma medida errada, assumiu, porque as pessoas não valorizaram e não contribuiu nada para aliviar as famílias. Mas contribuiu que em 2020 pagaram 12 meses de água às Águas do Algarve e receberam, de uma parte substancial dos consumidores, apenas dez meses. Em 2021, fez-se o acerto pagaram 12 meses de água às Águas do Algarve e receberam 14, porque houve duas faturas de 2020, que

g.



deviam ser pagas em 2020 e que foram pagas em 2021. Portanto, houve de uma parte substancial dos consumidores e daí esse aumento, porque o valor da água, do saneamento e dos resíduos também não tinha grande alteração. Quanto à taxa de relaxe, explicou que aplicam a lei, sendo que quando lhe for apresentado um parecer ou uma lei que diga que se pode fazer de outra maneira, era com muito gosto, porque também em casa de ferreiro, colher de pau, na sua casa paga por transferência bancária, mas depois a da sua mãe, que me pediu que o fizesse e às vezes esquece-se e paga mais de taxa do que de consumo, porque a casa está vazia. Relativamente às despesas com pessoal, disse que vão aumentar substancialmente, pois olhando para os 8 milhões têm o cuidado de não ultrapassar um determinado valor, mas em 2022 irão disparar porque vão receber as competências, ou melhor já as tinham recebido como era sabido. Quanto à questão sobre os valores que receberam para retirar o fibrocimento, a explicação era muito simples, uma vez que concorreram ao fundo que foi disponibilizado pelo Governo para se retirar o fibrocimento, retiraram o fibrocimento de todas as escolas. O valor que receberam do Estado, dos 250 000,00€, não foi suficiente, pelo que houve uma parte considerável que teve que ser suportado pelo município, e já sabiam que ia ser assim, depois foi dividido pelos dois agrupamentos. O Rio Arade já não tinha amianto ou muito pouco para tirar e foi, sobretudo, na João Conim e na Espamol, sendo que, depois, o dinheiro que receberem tem que ser distribuídos pelos agrupamentos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu ter dois pedidos de intervenção.-----

-----O senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** manifestou ter direito a responder às coisas que contrariam aquilo que disse anteriormente.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou que se tratava da dialética parlamentar e advertiu que deveria gerir melhor o seu tempo. Informou que não iria atender ao pedido de uso da palavra, explicando que o Grupo Municipal que tivesse tempo disponível poderia falar depois do senhor Presidente da Câmara. Porém, quem não tem tempo, não o poderia fazer a não ser que pedisse tempo a outro Grupo Municipal. Assegurou não haver críspação e que estava com toda a tranquilidade. Clarificou depois que o senhor Presidente nem respondeu às suspeições ali colocadas pelo senhor Deputado e que, seguramente, seriam merecedoras de outra atenção. Mas isso também não era relevante para aquela matéria, pois o seu Grupo esgotou o tempo. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** referindo que, sobre a rubrica dos “Outros Assuntos”, tinham o valor de 4 224 000,00 € de existir outras rubricas de Outros com valores semelhantes, sugeriu se não poderia haver uma discriminação de onde foram gastos para que houvesse mais transparência e não houvesse dúvidas.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.--



----- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** referindo não saber se seria do adiantado da hora, mas percebia a dificuldade para alguns de haver determinados documentos, mas que têm um formalismo próprio daquela área e parecia-lhe que o senhor Deputado Jorge Ramos quando pede para modificar a apresentação estava a modificar o formalismo da forma como são apresentadas as contas. Trata-se de um documento técnico, pelo que considerava ser evidente que não pode ser, pois era um documento técnico. Estavam a debater um ponto e os documentos apresentados de acordo com o formalismo necessário, pelo que lhe parecia que estavam a perder tempo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder à questão colocada.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves** explicou que, tal como tinha sido dito, há um formalismo na elaboração dos documentos mas assegurou existir perfeita disponibilidade para conversar com o chefe da divisão financeira e, se fosse possível detalhar o que estava naquele Ponto, pois tinham todo o interesse em que as contas sejam o mais transparentes possível.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** referiu que a desagregação era evidente que não podia figurar naquele momento, porque era tipificado pela lei, mas qualquer membro pode pedir a desagregação, e o que se agradecia era que o senhor Presidente da Câmara respondesse em tempo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que se iria passar à votação do Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2021, tendo o documento de prestação de Contas relativamente a 2021 sido aprovado com quinze (15) votos a favor, do Partido Socialista, cinco (5) votos contra, três (3) do PSD e dois (2) do MLP, e três (3) abstenções, uma (1) do Bloco de Esquerda, uma (1) da CDU e uma (1) do Chega. De seguida, foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita para apresentação da declaração de voto do Grupo Municipal do PSD.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, que proferiu a seguinte declaração de voto: «O Grupo Municipal do PSD assume perante os documentos de prestação de contas uma posição política e não de análise contabilística. Naturalmente que assumimos que as contas estão bem feitas e tecnicamente bem prestadas. O que nos merece reparo e crítica são os resultados das contas, o que está em causa nem é sequer o resultado em si, mas as razões e a forma como lá se chegou. O município continua a não prescindir de receita a que podia renunciar, em benefício dos lagoenses, e são muitos os que são proprietários de casa, com a redução do IMI, mas alternativamente também o podia fazer com maior renúncia ao IRS municipal, como o PSD vem propondo. Portanto, se a receita não é necessária, para quê insistir em cobrá-la? Também quanto à despesa, seja por

4



incapacidade ou por falta de vontade, a verdade é que muitos dos investimentos essenciais para o concelho continuaram por fazer e pouco avançou. Se a isto somarmos que em áreas como a cultura a redução de despesa foi natural, por força da pandemia, teremos pois que concluir que o resultado final das contas parece bom, mas não é louvável porque o município cobrou mais do que necessitou e gastou menos do que se impunha fazer. Por tudo isto a posição do PSD não pode deixar de ser crítica e de, conseqüentemente, ter de votar contra.»---

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro para proferir a declaração de voto do seu Grupo Municipal.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro a apresentou a seguinte declaração de voto: «O Grupo Municipal do Partido Socialista depois de analisar os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do ano de 2021, que o Executivo apresenta a esta Assembleia, faz uma apreciação muito positiva destes documentos porquanto espelham de forma séria e transparente o trabalho desenvolvido pelo Executivo camarário, tendo por base a exatidão dos processos o que permite apresentar as finanças do município equilibradas e sustentáveis, tal como já é reconhecido por diversas entidades externas. Entre elas temos a garantia para esta apreciação positiva o parecer dado por parte da entidade imparcial, Revisor Oficial de Contas, que dá a certificação legal das contas e do relatório e reporta que os documentos que foram preparados de acordo com a lei e regulamentos aplicáveis em vigor e que a informação neles constante é coerente, não tendo sido identificadas incorreções materiais, pelo que dá parecer para que sejam aprovados as contas e o relatório de gestão, apresentados pelo órgão executivo relativo ao exercício de 2021. Neste contexto, o balanço transmite-nos a visão clara da situação financeira do município, sendo o total do ativo 124 642 414,91€, o total do passivo 4 576 037,07€ e o património líquido de 120 066 337,84€. Na demonstração de resultados, dá-nos a situação económica reportada ao ano 2021 com os seguintes valores: resultados positivos antes de depreciações e gastos financeiros de 9 233 303,96€, resultados líquidos positivos do período 808 111,92€. Estes documentos, em conjunto com o mapa de fluxos de caixa, transmite uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do nosso município. Apesar do cenário difícil e adverso em que vivemos, o Executivo apresenta uma assinalável situação de bons resultados e de contas certas, tendo como fator de fundo permitir encarar o futuro com confiança através da sua saúde financeira. O relatório de gestão demonstra também o bom trabalho desenvolvido pelo Executivo e transmite transparência e rigor, pois temos a garantia que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis em vigor e a informação nele constante está de acordo com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificada qualquer incorreção material. O Executivo teve como pano de fundo o seu trabalho ao longo do ano, a gestão do município centrado em medidas que asseguraram a proteção da população, proteção de vidas humanas, proteção dos mais idosos, além da ajuda e do apoio que deu às instituições particulares de solidariedade social e às pequenas e médias empresas do nosso concelho e também garantindo não deixar nenhum munícipe para trás e em não deixar nenhum lagoense para trás, com um trabalho assente no bem servir e no bem-estar da nossa população. Com espírito de rigor transparência e muito trabalho como já é reconhecido, o relatório de gestão espelha no que o Executivo tem vindo a trabalhar, fazendo o que prometeu e que está bem expresso neste documento e que na sua



J

essência é exatamente tornar o concelho num lugar cada vez melhor para se viver, trabalhar, estudar ou visitar, orientado para as pessoas e para os lagoenses e com forte investimento em áreas como o desporto, a ação social, a juventude, a educação, aliada a uma gestão financeira criteriosa. Alcançar estes resultados num ano tão difícil em plena pandemia da Covid 19, com um grande investimento e forte pendor social na defesa e proteção dos lagoenses só pode ser motivo de orgulho para o Grupo Municipal do Partido Socialista, pelo que, em nome da coerência e da boa gestão que caracteriza o Partido Socialista, leva a que o seu Grupo Municipal, na apreciação que faz aos documentos apresentados pela Câmara Municipal, dê parecer positivo para que sejam aprovados por esta Assembleia.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos para proferir a declaração de voto do seu Grupo Municipal.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos fez a seguinte declaração de voto: «Perante a Prestação de Contas relativa ao ano financeiro de 2021, sou de referir que as mesmas poderiam estar melhor discriminadas evitando as rubricas “Outras” que, poderá levar a algumas dúvidas sobre as importâncias mencionadas. Refiro que se tratam de contas que o anterior Executivo e o presente, geriram conforme as suas ideias e que, por outro lado, não foram ao encontro de algumas propostas do Bloco de Esquerda apresentadas no orçamento do mesmo ano. Em termos de habitação, foram gastos 650 000€ na compra de terrenos para construção. Esperemos que haja nos anos vindouros a concretização. Certamente que são contas que responderam minimamente às necessidades das pessoas e instituições do concelho, no sentido de reduzir as dificuldades pelo segundo ano consecutivo de pandemia. Poderia ser melhor? Talvez sim, porque o Município de Lagoa teve como receita total, incluindo o Saldo de Gerência do ano anterior, a importância de 54 216 266,31€ e que, para o ano seguinte, ano de 2022, transitou um valor de pouco mais de 11 milhões de euros. Assim neste ponto o Bloco de Esquerda vota em abstenção.»-----

4º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de Aplicação de Resultados relativo ao exercício de 2021.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, para uma apresentação sintética daquele Ponto da Ordem do Dia, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação declarou que a apresentação não podia ser mais sintética, dizendo ser a proposta do município, que foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, que se constitua a reserva legal, como diz o nome daquilo que está estipulado na lei dos 5%, 40 405,60€ e que o restante correspondente a 95% do resultado líquido do exercício, 767 706,32€ integra a rubrica resultados transitados.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o espírito de síntese do senhor Presidente da Câmara e declarou abertas as inscrições para a discussão do Ponto. Na ausência de inscrições para o uso da palavra,

4



procedeu-se à votação do Quarto Ponto da Ordem do Dia, tendo sido aprovado por unanimidade. Seguiu-se a apresentação da declaração de voto do Grupo Municipal do PSD.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** para efetuar a declaração de voto: «O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente, porque não se impõe outro voto. Uma coisa é criticar que haja o resultado, quando outro poderia favorecer mais os lagoenses. Outra coisa é o que fazer com o saldo e aí naturalmente há que aplicá-lo.»--

5º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do acordo para a Transferência de Competências para a Comunidade Intermunicipal do Algarve, no Domínio da Ação Social, para o ano de 2022, previstas na Lei nº 50/2018, de 16 de março e concretizadas no Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, e nas Portarias nºs 63, 64, 65 e 66/2021, de 17 de março, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 20º, nºs 1 e 2 do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou com o senhor Presidente da Câmara Municipal que não haveria muito a acrescentar, pois estava tudo expresso na proposta. Aberto o período de discussão e na ausência de intervenções avançou-se para o processo de votação do qual resultou a aprovação por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, quinze (15) do PS, dois (2) do MLP, três (3) do PSD, um (1) do Chega, um (1) do BE e um (1) voto contra da CDU.-----

6º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público com publicação no JOUE – Prestação de Serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos verdes, monos, REE e RCD's, no Centro de deposição de resíduos – Espaço Cerca da Lapa, pelo valor global de 274.040,00 €, sendo 53.285,56 € no ano de 2022, 91.346,67 no ano de 2023, 91.346,67 € no ano de 2024 e 38.061,10 € no ano de 2025.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar a proposta constante do Sexto Ponto da Ordem do Dia.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** confirmou que iria fazê-lo relativamente ao Sexto, Sétimo e Oitavo Pontos disse tratarem-se de compromissos plurianuais. O Ponto Sexto refere-se a uma obra que é necessário lançar e que foi aprovada em reunião de Câmara e que levavam à Assembleia, nos termos da lei e do regulamento. Relativamente ao Ponto Sétimo e Oitavo, tratava-se da reformulação do compromisso plurianual. Já havia referido, sendo que havia um entendimento diferente de que não era necessário ir à Assembleia, porque não há aumento do valor global daquele compromisso, mas sempre tiveram, à cautela, aquele entendimento de, mesmo quando há reformulações dos compromissos plurianuais, os levar à Assembleia.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a apresentação relativa àqueles três Pontos. Em seguida, abriu o período de



discussão do Sexto Ponto e, não se tendo observado intervenções, avançou-se para a votação. A proposta foi, assim, aprovada com vinte e um (21) votos a favor, quinze (15) do PS, dois (2) do MLP, três (3) PSD, um (1) Chega, um (1) voto contra da CDU e uma (1) abstenção do BE.-----

7º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da reformulação do compromisso plurianual relativo ao Concurso Público de empreitada de trabalhos diversos de manutenção na Orla Costeira, no valor global de 231.863,61 €, sendo 53.909,85 € no ano de 2021, 87.784,58 € no ano de 2022, 77,287.87€ no ano de 2023 e 12.881,31 € no ano de 2024.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período para intervenções, dando o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho referindo acreditar na palavra do Senhor Presidente da Câmara em relação à matéria e o entendimento de que efetivamente tal devia ir à Assembleia Municipal, suscitou-lhe a observação para que, no futuro, acompanhe a informação mais detalhada possível, porque da maneira como estava não sabem quem é que está a fazer a obra, que tipo de obra ou que tipo de concurso, é que foi adjudicado, qual a fundamentação para não se cumprir. Ou seja. Que existisse uma fundamentação que lhes possibilite, em consciência e não de uma forma cega, fazer uma votação a dar autorização para que seja aprovado. Pediu assim que, a manter-se o entendimento de ir à Assembleia, que vá com uma informação muito mais detalhada do que ali estava escrito.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder ao senhor Deputado Municipal.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação explicou ter percebido o alcance da pergunta e disse que, no futuro, sem prejuízo de no futuro poderem documentar, eventualmente trazendo a proposta anterior em toda a sua plenitude, mas as questões suscitadas eram claras e clarificou ser um concurso público, ainda vai ser lançado. A questão de porque é que havia necessidade de rever o cronograma, bastava que não coincidissem na previsão que se faz, na estimativa que se faz, que se aprova em Câmara e que se leva à Assembleia, que foi que aconteceu, pois aqueles Pontos já estiveram na Assembleia e já foram aprovados por aquela Assembleia, só que quando se vai lançar o procedimento, ou porque há um pedido de prorrogação para esclarecimento por parte das empresas concorrentes, ou porque o procedimento fica deserto é necessário lançar novamente, ou seja podem acontecer inúmeras coisas. Desde que o cronograma já não coincida com aquilo que aprovaram, têm que fazer a reformulação contratual. Esclareceu haver um entendimento, sendo que têm um parecer nesse sentido, que diz que quando isso acontece, desde que não haja um aumento total do prazo, portanto, se é por 36 meses e se mantém por 36 meses, e se é no valor de 250 000,00€ e mantém os 250 000,00€, não é preciso voltar novamente à Assembleia mas, à cautela, e porque isso tem sido norma naquela casa, porque gostam de primar pela transparência e pela legalidade, levam à Assembleia e em princípio irão continuar a fazê-lo, se não houver nenhuma interpretação diferente e que diga

q



que não tem que ir. Mas já foi aprovado anteriormente e trata-se apenas da alteração do cronograma financeiro. Mas, sem prejuízo, se for necessário, de levar a aprovação anterior para se perceber exatamente em que momento é que foi aprovado.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, aberto o período de discussão e na ausência de intervenções avançou-se para o processo de votação, do qual resultou a aprovação por maioria com vinte e um (21) votos a favor, quinze (15) do PS, dois (2) do MLP, três (3) do PSD e um (1) da CDU e duas (2) abstenções, uma (1) do Chega e uma (1) do Bloco de Esquerda.-----

8º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da reformulação do compromisso plurianual relativo ao Concurso Público de empreitada de trabalhos diversos de manutenção nos trilhos e passadiços, no valor global de 232.309,49 €, sendo 32.265,20 € no ano de 2020, 25.389,37 € no ano de 2021, 129.483,63 € no ano de 2022 e 45.171,29 € no ano de 2023.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, não tendo registado pedidos para o uso da palavra durante o período de discussão do Ponto, deu nota de que se procederia à votação do mesmo. Assim, a proposta foi aprovada com vinte e um (21) votos a favor e duas (2) abstenções, do Chega e do Bloco de Esquerda. De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra à 1.ª Secretária Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes para proceder à leitura da ata em minuta.-----

-----No uso da palavra concedida a senhora 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal **Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Boa noite senhor Presidente José Manuel Correia Almeida da Cruz, na qualidade de cidadão que encabeça a lista mais votada no último ano eleitoral e após o ato de instalação da Assembleia Municipal de Lagoa, como secretários os cidadãos Maria de Fátima da Silva e Lopes. Após iniciados os trabalhos, Sónia Cristina Afonso Silva por convite do cidadão que encabeça lista mais votada, ficando assim a Mesa constituída. O início dos trabalhos ocorreu às 21h10. O Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa deu início aos trabalhos, saudando todos os presentes, nomeadamente Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, concidadãos presentes e saudações e agradecimentos aos técnicos e demais funcionários do município que dão assistência nesta sessão. De seguida, foram lembradas, a todos os presentes, todas as recomendações de forma a garantir um bom decorrer dos trabalhos, bem como a recolha áudio, sendo esclarecido que a gravação em suporte áudio destina-se a apoiar a elaboração da ata. Mais informou que esta sessão é transmitida através do YouTube do município, bem como na página oficial do Facebook, passando a ser transmitidas em direto regularmente, numa primeira fase, através das plataformas digitais e, numa segunda fase, através da Lagoa TV. Período de Intervenção dos Cidadãos: o Presidente da Câmara Municipal informou que, conforme previsto e nos prazos estabelecidos, deram entrada três intervenções



via e-mail, dando a palavra à senhora Sara Vila e ao senhor Bruno Silva, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido e esclarecido as questões colocadas, e de seguida foi lido pelo Presidente da Assembleia Municipal as questões formuladas por escrito pelo senhor Jorge Tito, tendo o senhor Presidente da Câmara também respondido e esclarecido as questões suscitadas. No Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia alertou que o expediente que deu entrada entre a Assembleia Municipal de fevereiro e a presente sessão, foi distribuída via e-mail, pelo que foi dispensada a sua leitura por unanimidade. Foi também referido a suspensão do mandato da senhora Deputada Carlota Andrade por 365 dias pelo que, em sua substituição, ficou o senhor Deputado João André Nascimento Cabrita. A intervenção dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações, bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o município - o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, dentro dos prazos previstos, deram entrada nos serviços da Assembleia Municipal os seguintes votos e moções: um voto de condenação, apresentado pelo Bloco de Esquerda, voto de saudação ao 25 de abril, apresentado pelo Bloco de Esquerda, uma moção pelo Hospital Central do Algarve, apresentado pelo partido Chega, dois votos de louvor, apresentados pelo partido Chega, uma moção apresentada de apoio ao povo da Ucrânia pelo partido Chega, um voto de pesar pelas vítimas da guerra na Ucrânia, apresentado pela Coligação Democrática Unitária. Foi nesta sessão também apresentado pelo MLP um voto de solidariedade. O Presidente da Assembleia convidou os Grupos Municipais do Bloco de Esquerda, do Chega e da CDU para fundir as suas propostas numa moção conjunta, atento aos objetivos prosseguidos e a complementaridade entre elas, o que foi aceite. Juntaram-se também a esta moção conjunta os Grupos Municipais do PS, MLP e PSD tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Voto de saudação ao 25 de abril, apresentado pelo Bloco de Esquerda foi aprovado por maioria com 22 votos a favor, 15 do PS, 2 MLP, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da CDU, e 1 voto de abstenção do Chega. A moção pelo Hospital Central do Algarve, apresentada pelo partido Chega foi reprovada com 21 votos contra, 15 do PS, 2 do MLP, 3 do PSD, 2 votos de abstenção do BE e da CDU, e 1 voto a favor do Chega. Um voto de louvor, apresentado pelo Partido Chega foi aprovado por maioria com 17 votos a favor, 15 do PS, 1 do Chega e 1 do BE e 6 abstenções do MPL, PSD e CDU. O outro voto de louvor apresentado pelo Chega foi aprovado por maioria com 22 votos a favor e 1 voto em abstenção da CDU. O voto de solidariedade apresentado pelo Grupo Municipal MLP foi aprovado por maioria com 6 votos a favor, 2 do MPL, 3 do PSD, 1 do BE e 17 votos em abstenção, 15 do PS, 1 do Chega e 1 da CDU. Ordem do dia, no Primeiro Ponto: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 31 de março de 2022. O Segundo Ponto - Apreciação das Declarações previstas no artº 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Terceiro Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2021. No decurso da discussão deste ponto, o senhor Presidente da Assembleia propôs a continuação dos trabalhos por mais uma hora, nos termos do artigo 26º n.2 do Regimento, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. Continuando a discussão deste ponto, o mesmo foi submetido à votação e aprovado por maioria com 15 votos a favor do PS, 5 votos contra do MLP e do PSD e 3 votos em abstenção do Chega, BE e CDU. Os Grupos Municipais do PSD, PS e BE apresentaram declarações de voto. O Quarto Ponto foi aprovado por unanimidade, com 23 votos a favor. Foi apresentada declaração de voto pelo Grupo Municipal do PSD. O Quinto Ponto foi aprovado por maioria, com 22 votos a



favor, 15 do Grupo Municipal do PS, 2 do Grupo Municipal do MLP, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 do Chega, 1 do BE e 1 voto contra da CDU. Sexto Ponto foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, 1 voto contra da CDU e 1 voto em abstenção do BE. Sétimo Ponto foi aprovado por maioria também com 21 votos a favor, 15 do Grupo Municipal do PS, 2 do Grupo Municipal do MLP, 3 do Grupo Municipal do PSD, 1 da CDU e 2 abstenções do Chega e do BE. Oitavo Ponto foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, 15 do Grupo Municipal do PS, 2 do Grupo Municipal MLP, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Grupo Municipal da CDU, e 2 abstenções do Chega e do BE.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade a ata em minuta da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa do dia 13 de abril. Por se encontrarem na época da Páscoa, desejou, em seu nome pessoal e em representação da Mesa a todos os senhores Deputados Municipais, ao Executivo e a todos os funcionários e aos cidadãos presentes, bem como aos que se encontravam em casa a acompanhar a transmissão daquela sessão ordinária da Assembleia Municipal, uma Santa e feliz Páscoa, preferencialmente em paz. Os votos foram também para o desejo de que seja posto rapidamente o fim à guerra injusta, imoral e injustificada e que a paz regresse rapidamente à Ucrânia. Manifestou solidariedade com o povo mártir ucraniano e, conseqüentemente, declarou encerrada a sessão da Assembleia Municipal de 13 de abril 2022.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Correia Águas da Cruz

A 1ª Secretária,

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

A 2ª Secretária,

Sónia Cristina Afonso Silva



ANEXOS

Voto de Pesar pelas vítimas da guerra na Ucrânia

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia a partir da alegação de “crimes de guerra” ocorridos em Bucha, bem como as alegações russas de que se tratou de uma operação de manipulação desencadeada por forças ucranianas, sendo informações contraditórias, são inquietantes e exigem cabal apuramento.

Os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão ou da Líbia.

O cabal e rigoroso apuramento dos relatos relativos à morte de populações civis em Bucha, assegurado por entidades efectivamente independentes e determinadas pela real avaliação dos factos ocorridos é absolutamente necessário, sobretudo considerando exemplos comprovados de situações anteriores apresentadas como verdadeiras e que posteriormente se confirmou serem falsas e baseadas em operações de manipulação – como se verificou com a falsa invocação pelos EUA da existência de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perda de vidas humanas


f.

– inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência, a partir do forjar de acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas.

Há que contrariar a instigação à escalada de guerra, os seus objectivos e perigos, e afirmar a urgência de soluções negociadas que garantam a paz e a segurança colectivas.

A Assembleia Municipal de Lagoa, reunida a 13 de Abril de 2022 manifesta o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra na Ucrânia, quer as mais recentes quer as que se verificaram desde 2014, prestando um minuto de silêncio.

Lagoa, 13 de Abril de 2022
Assembleia Municipal
CDU



Caros e Caras,

Estamos a viver tempos conturbados e sobretudo a “sofrer” pelas vitimas da guerra, que diariamente nos absorvem o espaço televisivo e das redes sociais.

Todos nós gostaríamos de dar o nosso melhor contributo para a resolução do conflito e contrariedades das suas vitimas, pelo que não é tempo de protagonismos individuais ou partidários, mas sim de transmitir uma mensagem de unanimidade de vontade, em pról de um povo e do fim de uma guerra.

Os grupos de cidadãos e as associações locais, bem como as freguesias e a câmara municipal de Lagoa, souberam desde inicio e em tempo útil, criar uma rede de apoios aos mais diversos níveis, visando sobretudo ajudar e colmatar carências dos afetados, quer no território da Ucrânia, quer nos países limítrofes e sobretudo no nosso Concelho, que não é demais distinguir.

É a esta onda de solidariedade, de bem querer e de unanimismo pela necessidade de ajuda e apoio urgente, que nos devemos juntar, pelo que apelo a que nos unamos em pról de uma única moção, a moção da Assembleia Municipal de Lagoa, pois unidos seremos mais fortes.

Estamos no mês de Abril, um mês em que celebramos a democracia e os seus direitos, a humanidade e as suas valências, a solidariedade entre povos, a autodeterminação e sobretudo a Paz.

Paz essa, que é uma prerrogativa de todas os partidos, coligações e movimentos democráticos que Abril soube defender, pelo que nesse espirito democrático e unanime de Abril, proponho a moção seguinte, consubstanciada nas moções apresentadas em discussão, introduzindo um novo elemento, o trabalho merecedor dos autarcas ucranianos que importa ressaltar.

PS



Moção de apoio ao povo da Ucrânia

No dia 24 de fevereiro de 2022 sob ordens do presidente Vladimir Putin, as forças armadas russas iniciaram uma invasão em larga escala do território ucraniano.

Os violentos combates e bombardeamentos da Federação Russa atingiram cidades, vilas e aldeias ucranianas e somam-se relatos de ataques a alvos civis, que causaram milhares de vítimas mortais.

Muitas famílias abandonaram a Ucrânia o que originou um êxodo, proporcionando milhões de refugiados para diversos países do mundo.

Ao longo de mais de um mês de guerra a ONU contabiliza 4,5 milhões de ucranianos obrigados a abandonar o seu país, na sua maioria mulheres e crianças e quase 7 milhões de deslocados internos na Ucrânia. A guerra criou a maior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial.

As imagens de destruição de cidades, vilas e aldeias, bem como a evidência de ataques contra civis, não deixa ninguém indiferente. Se essas informações já eram preocupantes nas primeiras semanas de guerra, a retirada das tropas russas da região de Kiev desvendou uma escala de terror.

Como afirmou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, são imagens chocantes e "é essencial que uma investigação independente leve a uma efetiva responsabilização" dos seus autores.

Tem sido pela coragem e pela força de lutar que o povo ucraniano e o seu presidente Volodymyr Zelensky, não permitiu os avanços militares intentados pelo agressor. Têm lutado pela independência da Ucrânia, pela defesa da democracia, pelos princípios dos direitos humanos e pela paz.

Sendo a luta pelo paz , pelos direitos humanos e pela democracia apanágio de todos os grupos municipais, tanto mais que todos os deputados eleitos defendem os valores e as liberdades de Abril, sem as quais não estariam hoje aqui, delibera a Assembleia Municipal de Lagoa:

- 1)- Condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus autores;
- 2) – Endereçar uma mensagem de solidariedade ao povo ucraniano residente no concelho, reforçando o trabalho de solidariedade efetuado desde o início da contenda pelo Município de Lagoa, suas freguesias, associações e grupos de cidadãos, ressaltando-se o trabalho benemérito da cidadã Maria João de Deus (SOS Oncológico), na constituição desta rede de solidariedade;
- 3) – Manifestar o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra da Ucrânia prestando um minuto de silêncio;
- 4) – Homenagear e realçar o trabalho dos governos locais e seus autarcas, que mantendo-se no país e no terreno, desde logo, souberam apoiar as suas populações e atenuar na medida do possível, todas as atrocidades cometidas durante esta guerra, com sacrifício pessoal e familiar, colocando suas vidas em risco, lutando pela sua pátria e pela autodeterminação do seu país;
- 5)- Apelar a que todas as assembleias municipais se unem nesta moção de apoio ao povo da Ucrânia e seus autarcas, com a unanimidade que uma moção neste sentido, acresce à esperança desse povo martirizado pela história e sobretudo pelas ações dos homens;
- 6)- Informar a Embaixada da Ucrânia, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e comunicação social, da aprovação desta moção.

Lagoa, 13 de Abril de 2022,

A Assembleia Municipal de Lagoa



Movimento Lagoa Primeiro

Voto Solidariedade

Estamos convictos que não haverá qualquer dúvida quanto ao carácter e personalidade dos dirigentes da Federação Russa e em particular do seu dirigente máximo.

Ninguém pode ignorar o que se passa na Ucrânia e por isso o MLP quer afirmar a sua concordância e apoiar a decisão do executivo municipal em apoio dos refugiados ucranianos em Lagoa.

Queremos também afirmar a nossa disponibilidade para aprovar as alterações necessárias aos regulamentos municipais existentes de modo a garantir o apoio a essas famílias e permitir-lhes a fixação no Concelho, como por exemplo o ensino da língua portuguesa que lhes permitirá uma mais rápida integração.

E permitimo-nos ainda sugerir o contacto com Olesya Ihnat, responsável pela Associação dos Ucranianos na região do Algarve de modo a que a ajuda a prestar seja aquela que eles necessitam e não aquela que nós julgamos ser necessária.

Nome	Assinatura
José Joaquim Barroso Alves Pinto	
Rute Alexandra Barroso Sobreira	
Diamantino José Ernesto Ruivinho	



Assembleia Municipal de Lagoa

VOTO DE CONDENAÇÃO

No dia 24 de fevereiro de 2022 sob ordens do presidente Vladimir Putin, as forças armadas russas iniciaram uma invasão em larga escala do território ucraniano.

Os violentos combates e bombardeamentos da Federação Russa atingiram cidades, vilas e aldeias ucranianas e somam-se relatos de ataques a alvos civis, que causaram milhares de vítimas mortais.

Muitas famílias abandonaram a Ucrânia o que originou um êxodo, proporcionando milhões de refugiados para diversos países do mundo.

Ao longo de mais de um mês de guerra a ONU contabiliza 4,5 milhões de ucranianos obrigados a abandonar o seu país, na sua maioria mulheres e crianças e quase 7 milhões de deslocados internos na Ucrânia. A guerra criou a maior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial.

As imagens de destruição de cidades, vilas e aldeias, bem como a evidência de ataques contra civis, não deixa ninguém indiferente. Se essas informações já eram preocupantes nas primeiras semanas de guerra, a retirada das tropas russas da região de Kiev desvendou uma escala de terror.

Como afirmou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, são imagens chocantes e “é essencial que uma investigação independente leve a uma efetiva responsabilização” dos seus autores.

Tem sido pela coragem e pela força de lutar que o povo ucraniano e o seu presidente Volodymyr Zelensky, não permitiu os avanços militares intentados pelo agressor. Têm lutado pela independência da Ucrânia, pela defesa da democracia, pelos princípios dos direitos humanos e pela paz.



Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa reunida a 13 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus autores.
2. Informar a Embaixada da Ucrânia, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e comunicação social do presente voto de condenação.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Jorge Manuel Ramos



Assembleia Municipal de Lagoa

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.

Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia, combater as desigualdades e a exclusão social e continuar a defender a Constituição da República.

No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da “normalidade” pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da



democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todas e para todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa reunida a 13 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Jorge Manuel Ramos



3

[Handwritten signature]

DISTRITAL DE FARO

Partido CHEGA | Assembleia Municipal de Lagoa

Moção “Pelo Hospital Central do Algarve”

A construção do Hospital Central do Algarve é, como o estado de pandemia veio a revelar, a maior necessidade da região.

Os sucessivos governos adiam esta obra, prometem-na, antes de todos os actos eleitorais, mas nunca cumprem essas promessas. Chegou a hora da região dizer de uma forma oficial e a uma só voz que não vamos esperar mais. A nossa pretensão com esta moção é solicitar ao executivo, a que, de uma forma oficial e em conjunto com as populações se junte a uma vigília.

A vigília decorrerá em frente ao edifício da Câmara Municipal, na sexta-feira dia 15 de Abril, entre as 20.00 e as 0.00h. Pretendemos mostrar ao poder central que O Algarve também é Portugal, também pagamos impostos e temos de ter os mesmos direitos dos outros cidadãos nacionais.

O estado dos cuidados de saúde da região são insustentáveis, como se verificou com o encerramento da urgência pediátrica no Hospital de Faro há bem pouco tempo. Podíamos enumerar vários casos, mas não é isso que interessa. O que interessa é a construção do novo hospital, e se o governo tem meios para aeroportos, TGV e autoestradas para lado nenhum, também tem de ter meios para a construção do Hospital Central do Algarve.

Esta vigília será apartidária e o mais oficial possível, queremos contar com o apoio institucional desta assembleia, e do executivo municipal, e com a presença do maior número de deputados e vereadores. Será a primeira acção de reivindicação de forma a fazer chegar a Lisboa que já chega de o Algarve servir só para “ir à praia”. Aqui vivem cidadãos cumpridores da lei, que pagam impostos e que querem ter a sua voz ouvida.

Esta moção será apresentada em todas as assembleias municipais algarvias em que o partido CHEGA tem representação. Repito: a nossa intenção não é fazer um evento partidário, porque a importância do Hospital é muito superior a isso, mas obter o máximo de apoio institucional e popular para esta causa. Chegou a hora de dizer chega e mostrar ao governo que não vamos tolerar mais o adiamento desta obra.



CONCELHIA DE LAGOA

4
E

Partido CHEGA | Assembleia Municipal de Lagoa

Louvores

- Louvor à Câmara Municipal de Lagoa pela expansão a rede de desfibrilhadores no Concelho de Lagoa.
- Louvor ao Agrupamento de Escolas ESPAMOL, à Associação Recreativa e Desportiva da Quinta de S. Pedro (A.D.R) e ao infantário A Colmeia, que foram distinguidos, no dia 16 de Março de 2022, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens com o “Selo Protetor”, prémio que destaca entidades com competência em matéria de infância e juventude pelos excelentes serviços prestados nesta área.



CONCELHIA DE LAGOA

Partido CHEGA | Assembleia Municipal de Lagoa

Moção "Apoio ao Povo da Ucrânia"

No dia 24 de Fevereiro de 2022, a Europa começou a viver um dos seus períodos mais negros das últimas décadas.

Numa clara violação aos direitos internacionais, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que acompanhamos com profunda tristeza, preocupação e consternação, coloca em causa valores humanitários, que em pleno Século XXI não deveriam sequer ser questionados.

Esta presente moção tem como objetivo demonstrar o nosso apoio e compaixão pelo Povo Ucrâniano, pois nós, partido CHEGA, acreditamos que a via diplomática é a única solução.

A destruição de uma cultura, com valores humanos, culturais e sociais, por motivos que ainda hoje se desconhece, é para nós, partido CHEGA, inconcebível e nenhum país deveria senti-lo.

Desta forma, o partido CHEGA vem aqui, a esta Assembleia, apresentar a sua veemente condenação a esta invasão e demonstrar total solidariedade e apoio para com o Povo Ucrâniano.

Assim sendo, propomos que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lagoa delibere:

- Demonstrar apoio ao Povo Ucrâniano residente no concelho, endereçando uma mensagem de solidariedade a estas famílias;
- Repudiando a ação militar da Rússia contra a Ucrânia.



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA (Algarve)

13 de abril 2022

MOÇÃO DE APOIO AO POVO DA UCRÂNIA

No dia 24 de fevereiro de 2022 sob ordens do presidente Vladimir Putin, as forças armadas russas iniciaram uma invasão em larga escala do território ucraniano.

Os violentos combates e bombardeamentos da Federação Russa atingiram cidades, vilas e aldeias ucranianas e somam-se relatos de ataques a alvos civis, que causaram milhares de vítimas mortais.

Muitas famílias abandoaram a Ucrânia o que originou um êxodo, proporcionando milhões de refugiados para diversos países do mundo.

Ao longo de mais de um mês de guerra a ONU contabiliza 4,5 milhões de ucranianos obrigados a abandonar o seu país, na sua maioria mulheres e crianças e quase 7 milhões de deslocados internos da Ucrânia. A guerra criou a maior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial.

As imagens de destruição de cidades, vilas e aldeias, bem como a evidencia de ataques contra civis, não deixa ninguém indiferente. Se essas informações já eram preocupantes nas primeiras semanas de guerra, a retirada das tropas russas da região de Kiev desvendou uma escala de terror.

Como afirmou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, são imagens chocantes e “é essencial que uma investigação independente leve a uma efetiva responsabilização” dos seus autores.

Tem sido pela coragem e pela força de lutar que o povo ucraniano e o seu presidente Volodymyr Zelensky, não permitiu os avanços militares intentados pelo seu agressor. Têm lutado pela independência da Ucrânia, pela defesa da democracia, pelos princípios dos direitos humanos e pela Paz.

Sendo a luta pela paz, pelos direitos humanos e pela democracia apanágio de todos os grupos municipais, tanto mais que todos os deputados eleitos defendem os valores e as liberdades de Abril, sem as quais não estariam hoje aqui, delibera a Assembleia Municipal de Lagoa:

1.



- 1) Condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus autores;
- 2) Endereçar uma mensagem de solidariedade ao povo ucraniano residente no concelho, reforçando o trabalho de solidariedade efetuado desde o início da contenda pelo Município de Lagoa, suas freguesias, associações e grupos de cidadãos, ressaltando-se o trabalho benemérito da cidadã Maria João de Deus (SOS Oncológico), na constituição desta rede de solidariedade;
- 3) Manifestar o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra da Ucrânia prestando um minuto de silêncio;
- 4) Homenagear e realçar o trabalho dos governos locais e seus autarcas, que mantendo-se no país e no terreno, desde logo, souberam apoiar as suas populações e atenuar na medida do possível, todas as atrocidades cometidas durante esta guerra, com sacrifício pessoal e familiar, colocando suas vidas em risco, lutando pela sua pátria e pela autodeterminação do seu país;
- 5)- Apelar a que todas as assembleias municipais se unem nesta moção de apoio ao povo da Ucrânia e seus autarcas, com a unanimidade que uma moção neste sentido, acresce à esperança desse povo martirizado pela história e sobretudo pelas ações dos homens;
- 6)- Informar a Embaixada da Ucrânia, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e comunicação social, da aprovação desta moção.

Lagoa, 13 de abril de 2022,

A Assembleia Municipal de Lagoa (Algarve)

Declaração de Voto

Perante a Prestação de Contas relativa ao ano financeiro de 2021, sou de referir que as mesmas poderiam estar melhor discriminadas evitando as rubricas "Outras" que, poderá levar a algumas dúvidas sobre as importâncias mencionadas.

Refiro que se tratam de contas que o anterior executivo e o presente, geriram conforme as suas ideias e convicções e que por outro lado, não foram ao encontro de algumas propostas do Bloco de Esquerda apresentadas no orçamento do mesmo ano.

Em termos de habitação, foram gastos 650.000€ na compra de terrenos para construção. Esperemos que haja nos anos vindouros a concretização.

Certamente que são contas que responderam minimamente às necessidades das pessoas e instituições do concelho no sentido de reduzir as dificuldades pelo segundo ano consecutivo de pandemia.

Poderia ser melhor? Talvez sim porque o Município de Lagoa teve como receitas totais, incluindo o Saldo de Gerência do ano anterior, a importância de 54.216.266,31€ e que, para o ano seguinte, ano de 2022, transitou um valor pouco mais de 11 milhões de euros.

Assim neste ponto o Bloco de Esquerda vota em abstenção.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Jorge Ramos

Lagoa, 13-04-2022

